

Opinião

socialista

Ano IX Edição 168
De 17 a 30/03/2004
Contribuição: R\$ 2,00



CONTRA A REFORMA SINDICAL E TRABALHISTA

ENCONTRO SINDICAL NACIONAL REÚNE 1.800



SUPLEMENTO ESPECIAL

CORREIO INTERNACIONAL

EUA E FRANÇA PATROCINARAM GOLPE NO HAITI

PÁGINAS 8-10



ENTREVISTA

PROCURADOR LUIZ FRANCISCO: NEM OS TUCANOS CHEGARAM A TANTO

PÁGINAS 4-5



O QUE SE DISSE

“Eu não me lembro.”

ALDOREBELO,
ministro da Coordenação Política
do governo Lula, respondendo a
jornalistas se o PCdoB teria
defendido o Fora FHC
(programa Roda Viva, 8/3/2004)

NOTAS

SHARON VETA CHARGE DE BRASILEIRO



Ariel Sharon não agüentou ver sua caricatura, com uniforme nazista, beijando Hitler. A caricatura de autoria do carioca Carlos Latuff publicada na versão israelense do site Indymedia provocou furor nas autoridades israelenses. Incapazes de localizar o autor, interrogaram por oito horas os editores do site e retiraram a página do ar, que voltou em servidor canadense.

Sharon, comparável a Hitler por suas atrocidades contra os palestinos, quer impedir denúncias dessas atrocidades. Mas não conseguirá.

Carlos Latuff é autor de diversas charges políticas, algumas publicadas aqui no **Opinião Socialista**.

FODO

O dia 14 de março é o Dia Internacional de Luta Contra as Barragens. Além de diversas manifestações pelo Brasil, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) preparou um dossiê sobre o modelo energético brasileiro. Segundo Gilberto Cervinski, da coordenação do MAB, “Se nada for feito, 850 mil pessoas serão expulsas pela construção de barragens no Brasil nos próximos anos”. Um número superior as metas do Plano de Reforma Agrária de Lula.

O dossiê critica também as medidas do governo no setor energético, como subsídios a empresas norte-americanas na Amazônia e o perdão a parte da dívida da AES-Eletropaulo, que juntos custaram cerca de 1,1 bilhão de reais ao país em 2003.

O CUPUAÇU É NOSSO

Depois de muito vai e vem e cara-de-pau da empresa Asahi Foods em querer a patente do cupulate, o departamento do governo japonês responsável pelo registro de patentes recusou o pedido da empresa para o processo de obtenção do cupulate - tipo de chocolate feito com amêndoas de cupuaçu, desenvolvido no Brasil. A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) venceu o processo no Japão, mas ainda há outro na Europa.

O fato demonstra o quanto as riquezas do país estão expostas ao espólio internacional, por não haver uma lei clara em defesa dos produtos. Frutas e ervas medicinais são alvo do interesse de países imperialistas como os EUA, Japão e europeus.

EDITORIAL

Maracutaias, FMI e desemprego

Na rasteira do Waldomiro, o que cobrava propina para favorecer bicheiros, apareceu um tal de Rogério Buratti. Se Waldomiro era secretário do ministro José Dirceu, Buratti foi secretário de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto. Ele teria participado da renovação do contrato milionário que a multinacional Gtech fez com a Caixa Econômica Federal (CEF). Segundo a direção da multinacional, Waldomiro teria exigido a contratação de Buratti, pela bagatela de R\$ 6 milhões, em troca de interceder pela renovação do contrato, que renderá à Gtech R\$ 600 milhões em tarifas. É mole!

Enquanto corruptos e corruptores andam às soltas e Lula vai fazendo o terceiro mandato de FHC, entregando bilhões para os banqueiros, os trabalhadores vão de mal a pior.

No lugar do “espetáculo do crescimento”, todos viram o espetáculo dado por Edvaldo Lima Araújo que ameaçou se jogar da galeria do Plenário do Senado Federal — de uma altura de 6 metros —, por estar desempregado há dois anos, com fome e desesperado.

O arrocho anda tão brabo, que uma pesquisa da Federação do Comércio revelou que 76% dos consumidores da região metropolitana de São Paulo não pretendem comprar absolutamente nada nos próximos 60 dias.

Não bastasse, o governo Lula, tão prestativo com o FMI e com Bush, a ponto de se comprometer a enviar tropas para ocupação militar do Haiti — uma VERGONHA!!! — propõe uma reforma sindical, que prepara a retirada de direitos históricos dos trabalhadores.

Para tentar fugir da crise instalada com os escândalos de corrupção e também do desgaste da operação abafa CPI (terreno no qual, sejamos justos, com a ajuda de Sarney, este governo inovou em relação à FHC) Lula reuniu-se com o presidente argentino Néstor Kirchner para tentar parecer que joga duro com o FMI. Mas o tal documento lançado pelos dois, além de não alterar em nada os compromissos com a agiotagem internacional, é tão pífio que nem como disfarce serve.

Se a oposição burguesa (PSDB e PFL) e mesmo os aliados governistas, como o PMDB e PL, fazem marola visando unicamente votos nas eleições de 2004, uns e cargos e outras vantagens, a ponto do Presidente do PL, num arroubo, pedir Fora Palocci!, os debaixo vão aprendendo que o “Lulinha paz e amor com o FMI” só ferra trabalhador. E, no compasso da experiência com o governo, a classe trabalhadora vai encontrando o caminho da luta, apesar das direções chapa-branca que estão nas entidades gerais.

As direções governistas, como a CUT, no máximo resmungam contra “a política econômica” e prometem mobilizar em prol de reivindicações da patronal, como diminuição dos juros, ao mesmo tempo que conduzem junto com o governo o golpe da reforma sindical.

É preciso unificar as lutas por emprego, salário e terra; contra as reformas e pela ruptura com a Alca e o FMI.

É hora de construir uma alternativa de esquerda pra valer a esse governo. Uma alternativa no terreno das lutas, que permita desbloqueá-las e unificá-las e, nesse sentido, o Encontro Sindical Nacional realizado nos dias 13 e 14 em Luziânia foi um passo importante.

Mas é preciso também construir uma alternativa política de classe, de luta, socialista e revolucionária em nosso país. Um partido comprometido com a construção de um governo dos trabalhadores sem burgueses e com uma transformação socialista em nosso país, que rompa com tudo isso que está aí.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Greves sacodem o país

CARLA LISBOA, especial para o Opinião Socialista

Há uma onda de greves no país. Os policiais federais, os técnicos da Receita, os fiscais agropecuários e os advogados da União estão de braços cruzados. E, no dia 16 de março, a plenária dos servidores públicos votou um indicativo de greve para abril.

A Polícia Federal, em greve há oito dias, tem causado impacto nos aeroportos e investigações importantes, como a do caso Waldomiro Diniz.

Na quarta-feira passada, 6,5 mil técnicos da Receita Federal paralisaram as atividades por 24 horas e pretendem fazer uma greve geral por tempo indeterminado. A paralisação da Receita poderá atingir os auditores do órgão, que também votaram um indicativo de greve.

Os fiscais agropecuários não atenderam ao apelo do governo federal e decidiram manter a greve, o que afeta as atividades de importação e exportação de produtos agrícolas. Os fiscais calculam que 90% dos 2,6 mil servidores estão paralisados. “Houve uma proposta para suspendermos o movimento até o fim do mês para negociar, mas as assembleias nos estados resolveram manter a greve”, explica o secretário-executivo da Associação Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários, Marcos Lessa.

Os fiscais querem equiparação salarial com os auditores da Receita Federal, o que exigiria reajuste de 30%, além de concurso para 1,8 mil servidores. O governo ofereceu aumento de 4%. Os fiscais da Receita também estão se mobilizando. Os sindicatos ligados à Saúde e Previdência Social também ameaçam iniciar a greve em abril.

Existe a perspectiva concreta de que todos os servidores públicos federais cruzem os braços a partir de abril. A plenária realizada no dia 16 reuniu 315 servidores e reafirmou a intenção de unificar a luta contra a política econômica do governo Lula e pelo reajuste salarial. No dia 18 de abril, será realizada nova plenária para discutir a data para o início da greve unificada. Estão previstas atividades em todos os estados, com atos e paralisações, nos próximos dois meses.

Os servidores afirmam que “a política orçamentária do governo, que privilegia o mercado financeiro e compromete a produção nacional com o pagamento das dívidas interna e externa, tem levado ao desmonte dos serviços públicos, notadamente nas áreas da educação e da saúde”.

SUMÁRIO

EDITORIAL/FALA ZÉ MARIA	2
ENTREVISTA	3
ALCA	4
MARXISMO / NOVO PARTIDO	5
MULHERES / NEGROS / CULTURA	6
MOVIMENTO / JUVENTUDE	7
CORREIO INTERNACIONAL	8-10
INTERNACIONAL	10-11
PSTU	12
SUPLEMENTO ENCONTRO SIN- DICAL NACIONAL	



Esgota primeira tiragem da Revista "Novo Partido Debate"
A Revista do Movimento por um Novo Partido Socialista é um sucesso. Sua primeira tiragem, de 4 mil exemplares, já foi distribuída e os informes das vendas são para lá de animadores. O objetivo é usar a revista para impulsionar os debates. Uma nova tiragem foi providenciada. Pedidos podem ser feitos pelo e-mail: secretaria@movimentonovopartido.org.br

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64
Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA

Rua Humaitá, 476 - Bela Vista
São Paulo - SP
e-mail: opinioao@pstu.org.br
Fax: (11) 3105-6316

EDITORA E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (Mtb14555)

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes,
Dirceu Travesso, Eduardo Almeida, João Ricardo Soares,
Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos
Prates 'Mancha', Nando Poeta e Valério Arcary

REDAÇÃO

André Valuche, Jefferson Choma, Luiza Castelli, Rodrigo
Ricupero, Wilson H. Silva, Yuri Fujita, Valério Paiva

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Gustavo Sixel

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Altemir Cozer, Américo Gomes, Ana Minutti, André
Freire, Cláudia Costa, David Cavalcante, Diego Cruz,
Jocilene Chagas, Lance Selfa, Lene Lobo, Maria Lucia
Fatorelli, Rosária Fernandes, Yara Fernandes

IMPRESSÃO

GazetaSP - Fone: (11) 6954-6218

ASSINATURA

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____

ESTADO _____ **CEP** _____

TELEFONE _____

E-MAIL _____

24 EXEMPLARES	48 EXEMPLARES
<input type="checkbox"/> 1x R\$ 48	<input type="checkbox"/> 1x R\$ 96
<input type="checkbox"/> 2x R\$ 24	<input type="checkbox"/> 2x R\$ 48
<input type="checkbox"/> 3x R\$ 16	<input type="checkbox"/> 3x R\$ 32
<input type="checkbox"/> Solidária R\$	<input type="checkbox"/> Solidária R\$

Envie cheque nominal ao PSTU no valor da assinatura total ou parcelada para Rua Loeffgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - CEP 04040-030

“Nem os tucanos chegaram ao grau de cinismo de não indicar nomes para uma CPI”

FOTO SÉRGIO KOEI

O procurador da República Luiz Francisco Fernandes de Souza concedeu uma entrevista ao *Opinião Socialista* durante o Encontro Nacional Sindical. Nela, Luiz Fernando denuncia as reformas neoliberais do governo Lula, os possíveis ataques ao Judiciário e a operação abafa nas CPIs

POR GUSTAVO SIXEL
E WILSON H. SILVA

Opinião Socialista - Qual a sua opinião sobre as reformas Trabalhista e Sindical e o porquê de sua participação neste encontro?

Luiz Francisco - Eu vim pra cá pra aprender, colher material e conversar com algumas pessoas que eu respeito. Quanto à reforma Sindical eu sou contra, assim como fui contra a da Previdência, como sou radicalmente contra a do Judiciário, como acho a Tributária uma coisa ridícula. Em vez de uma reforma anti-capital, anti-latifúndio, que amplie o poder fiscalizador e regulamentador do Estado, fazem uma mini-reforma Tributária que só prepara caminho pra Alca.

A reforma Sindical só vai dar poder pra cúpula, o que prova que tem a mesma essência da reforma do Judiciário e a mesma da reforma Política. Por isso eu sou contra.

A reforma do Judiciário está no centro de várias polêmicas importantes, que têm a ver até com o poder de Justiça sobre o governo. Como você vê esta questão do poder de Justiça sobre o governo Lula?

Sou radicalmente contra o modelo de reforma do Judiciário que está sendo defendido pelo governo Lula. O correto é o que o Fábio Konder Comparato (jurista e professor da USP) falou: organizar o contrapoder popular. E a única reforma correta é a democratização do Judiciário. É o povo brasileiro elegendo os ministros do Supremo. É eleição, por parte dos juízes e servidores, dos presidentes dos tribunais. É também os servidores elegendo uma série de cargos, secretário de administração etc. É uma auditoria interna aberta e independente, com mandado, e sob controle transparente e popular. Nada disso está previsto lá.

A reforma do Judiciário, como está prevista, estabelece o controle do Palácio do Planalto e do governo sobre o Judiciário e o Ministério Público. Aí, por exemplo, se você é um procurador e vai investigar um ato do governo, ele poderia simplesmente te destituir, te tirar o caso, te transferir ou te demitir. Então, o Palácio teria vastos tentáculos contra juízes e procuradores rebeldes.

O ideal em uma reforma do Judiciário é o controle popular. Ter transparência e mecanismos de intervenção, de destituição, por parte do povo. E isso não está previsto.

O controle do Planalto sobre o Judiciário, através da reforma, é combinado com a Lei da Mordada?

É sim. Na verdade, o projeto da Lei da Mordada está lá, já passou na Câmara, está no Senado e a qualquer minuto pode ser aprovado. O governo mantém aquilo lá como uma espada, suspensa sobre as cabeças de todo mundo. Na verdade, o governo sabe que aquele projeto da Mordada é fascista. Todos os promotores, policiais, membros do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas seriam atingidos. Se qual-



quer um desses souber de uma informação, uma falcatrua, e passar pra imprensa, pro povo, será demitido, paga duzentos mil reais de multa, pode pegar três anos de cadeia. Caso tenha sursis, ficará três anos sem prestar concurso público. Então é um projeto fascista, parecido com o antigo AI-5.

Essa questão da transparência esta ligada à CPI do Caso Waldomiro. Como você está vendo este processo?

Eu defendo a CPI dos Bingos, do Waldomiro, do financiamento, defendo a CPI do cartão de saúde, que o PT já tem assinaturas suficientes para instalar, mas fez um acordo com os tucanos no ano passado. Quer dizer, eles recolheram assinaturas pra CPI do cartão de saúde, que pode atingir o Serra, e o PSDB recolheu assinaturas pra de Santo André. E botaram na gaveta. Fizeram um acordo, que o Tião Vianna confessou. Defendo todas as CPIs, como a de Santo André e aquela velha da Corrupção.

O que o governo está fazendo é loucura. Se a tese vingar, não vai ter mais CPI. Basta que o governo, quando não conseguir impedir que a oposição recolha assinaturas, não indique e a CPI não se instale. Então, acabou a CPI. É uma tese obscena. Eu acho que esse governo é bem melhor do que os tucanos, mas nem os tucanos nesse ponto chegaram ao grau de cinismo de querer impedir uma CPI, quando tinha assinaturas pra isso. O que o governo anterior fazia era negociar a retirada de assinaturas, dando recursos, cargos, fisiologismo puro, mas não chegava a não indicar nomes em uma CPI.

Você acha que mudou a relação

do governo com o Congresso, do ponto de vista do fisiologismo?

Não. Ainda tem fisiologismo. É um pouco melhor, pois o governo anterior privatizou a Vale do Rio Doce, entregou todos os campos de petróleo de graça, privatizou o sistema Telebrás e entregou estatais. Então, não deixou muito pra este governo. Agora este está privatizando os bancos estaduais.

Você teve um papel bastante importante ao denunciar o senador Antonio Carlos Magalhães. Você esperava que ele virasse bombeiro de Lula em crises?

Naquele momento, minha preocupação era, primeiro, enterrar o ACM. Depois, jogá-lo na oposição. O ACM chegou e falou que sabia como pegar o Eduardo Jorge, que ele não valia nada. Divulgar aquilo jogaria o ACM na oposição, o que ocorreu. O que não esperava era que a ala carlista, a da Roseana, do Tasso, acabassem na base do governo. PL, PTB, até o partido do Maluf. Isso eu não acreditava. Vale o ditado, diz-me com quem andas e te direi quem és.

Está no editorial de nosso último jornal...

É? Enfim, pessoas que se servem de Sarney, de ACM, não estão em boa companhia no que toca aos interesses do proletariado, do campesinato, dos miseráveis do país.

Como você está vendo a remessa de capitais? Segundo a Maria Lúcia Fattorelli, há uma facilitação de envio de capitais ao exterior, com a circular 3.187 do Banco Central.

A Fattorelli está coberta de razão. A CPI do Banestado, que lutei feito doido para abrir, foi justamente para acabar com a conta CC5, a “barriga de aluguel”. Meu objetivo era pegar toda a classe dominante que tem conta lá fora, mais de cem mil pessoas e uma

porção de políticos. A CPI virou mortuária, por conta do José Mentor, que é homem do seu José Dirceu. Ela vai até junho, mas ninguém ouve falar, porque praticamente acabou. Eu estou com três queixas-crime do Bornhausen, mas estou injuriado porque ninguém o chamou para depor.

Agora, isso é necessário por conta da política econômica e é um absurdo e um crime, porque é totalmente atrelada ao capital internacional volátil. Eles precisariam do capital, acontece que o capital internacional não aporta aqui, e você, por exemplo, sendo um capitalista internacional ou ligado ao tráfico dos cartéis, não colocaria dinheiro aqui se não pudesse tirar. Esse mecanismo que o governo faz é decorrente de sua política econômica genocida. O correto era atacar os grandes paraísos fiscais. Para isso teria que fazer a auditoria da dívida, para deixar claro que que essa dívida é espúria. Eu defendo a auditoria e o conseqüente não pagamento. Romper com o FMI, com a Alca. Esse era o caminho que o Lula deveria desenvolver. Ao invés disso, o que vem fazendo? Acabou com a CPI e abriu com a circular uma outra conta que tem remessa praticamente livre para fora. O que faz com que todo político e todo grande empresário possam ter seu caixa dois num paraíso fiscal, tranquilos, controlando a conta num cibercafé.

Agente vai chegar ao fim do governo Lula com um Judiciário submisso, com a Lei da Mordada e as reformas Sindical e Trabalhista. Neste ritmo, qual será o sentimento da população no final deste governo?

Eu acho que as pessoas vão ficar frustradas, o PT vai acabar rachando e as pessoas boas de lá vão acabar formando talvez um outro partido maior, mais ampliado, que pode estar ligado ao PSTU talvez, ou o PSTU se funda para poder reagrupar organizações ligadas aos oprimidos.

Você acha que esse é o caminho?

Tem de ser esse o caminho. O governo mantém políticas neoliberais que deixam milhões morrendo de fome, milhões de crianças morrendo a cada dia, porque o governo dá dinheiro para os capitalistas. A gente tem aqui no Brasil um sistema público que dá dinheiro para os ricos, que é a aplicação, a ciranda. Quer dizer, você ganha um milhão na loteria, aí não precisa mais trabalhar. Vai no banco e diz: ‘Eu quero aplicar na dívida pública do governo’. Aí vive sem trabalhar porque ganha de 15 a 17% mais inflação por ano. Aí pra que vais trabalhar?

E os recursos do Estado vão para a dívida, mais de 150 bilhões, mais a rolagem da dívida. Então, todo ano, além dos 150 bilhões, endivida-se mais 60 a 80 bilhões.

Quais as suas expectativas com o cenário político atual?

O FHC se dizia social-democrata. Mas na prática era neoliberal. Esse governo atual se diz socialista, mas na prática é neoliberal. A luta está mais complicada do que no governo anterior. Porque toda a mídia (e o poder da imprensa é gigantesco), fechou para defender o governo. A esperança que tenho é de um sindicalismo desatrelado do governo, que faça grandes greves e o obrigue a romper com a política neoliberal. A gente não pode perder a esperança disso. Acho que temos de criticar o governo e exigir que ele rompa. Até porque se não romper a gente tem mais um motivo para criticar. ■

Contra a Alca e a ocupação imperialista do Iraque

DIA 20 DE MARÇO É DIA DE PROTESTO

JEFERSON CHOMA,
da redação

No dia 20 de março milhares de manifestantes em todo o mundo irão às ruas para protestar contra a ocupação imperialista no Iraque.

Aqui no Brasil e no restante da América Latina esse dia vai ser marcado também pela luta contra a Alca, a Dívida e a Militarização.

No dia 20 de março acontecerá a primeira ação de uma jornada de lutas que a Campanha Nacional e Continental contra a Alca estará desenvolvendo neste ano de 2004.

Outra data de mobilização será o dia 24 de abril: Dia Continental de Luta Contra a Dívida Externa e as Instituições Financeiras Multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional), por ocasião dos 60 anos da Conferência de Bretton Woods.

A mobilização mais importante desta jornada deverá ocorrer a partir do primeiro dia das negociações da reunião ministerial da Alca, que acontecerá no Brasil e está prevista para o segundo semestre. O objetivo da campanha é reproduzir um "Seattle" no Brasil, nesta que será provavelmente a rodada definitiva de negociações.



ATOS PELO PAÍS

FLORIANÓPOLIS - Concentração rio Calçadão da Esquina Democrática, às 9h

BRASÍLIA - Plenária dos movimentos sociais no Sindisef, às 9h e ato, às 17h, em frente ao BankBoston, no Shopping Pátio Brasil, próximo a W3

PORTO ALEGRE - Ato e caminhada. Concentração às 18h na Praça Ubirici

SÃO PAULO - Concentração no MASP, às 14h

CAMETÁ (PA) - Terá dois momentos. Um na Conferência das Águas dia 19, às 16h, e outro no dia 21, com caminhada no encerramento da conferência

RIO DE JANEIRO - Caminhada pela Orla da Zona Sul. Concentração às 10h

SALVADOR - Caminhada e ato. Concentração no Dique do Tororó, às 15h.

BELO HORIZONTE - Concentração às 10h30 na Praça Sete.

Eleições nos EUA atrasam negociações

MARIÚCHA FONTANA,
da redação

No dia 10 de março, em Buenos Aires, Argentina, foi adiada a conclusão da Reunião do Comitê de Negociações Comerciais (CNC) da Alca. Isso mostra que permanece, desde Puebla, um quadro de impasse nas negociações, devido, sobretudo, à conjuntura eleitoral dos EUA.

Nesta reunião, os Estados Unidos seguiram propondo aos países do Mercosul que aceitassem fazer concessões reais em temas como serviços, investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais, sem oferecer concessões no acesso ao seu mercado, especialmente o agrícola.

Como diz a declaração da Campanha Continental contra a Alca: "O impasse por si só não pode ser considerado uma vitória, uma vez que ele não significa o fim das negociações."

Na verdade, se o impasse revela problemas do lado de lá, não há nenhuma mudança na posição entreguista dos governos do Mercosul, especialmente do governo brasileiro. A rigor, o governo brasileiro a cada reunião apresenta posição mais entreguista. Foi a Buenos Aires disposto, declaradamente a abrir o tema serviços e compras governamentais em troca da abertura do mercado agrícola dos EUA. Em prol dos latifundiários e alguns mega-empresários, Lula está disposto a entregar totalmente a soberania do país e incinerar mais milhões de empregos em troca da venda de suco de laranja e alguns outros produtos aos EUA.

Bush, neste momento de eleição, não pode ceder sequer migalhas. Não pode desagradar uma de suas bases eleitorais, seus agricultores subsidiados. Os "democratas", por sua vez, neste momento não estão muito interessados em falar da Alca, quando vários setores — especialmente os sindicatos — estão reclamando do desemprego causado pelo Nafta.

Mas uns e outros, depois das eleições, voltarão à carga e não é descartado que possam ceder migalhas em troca da recolonização completa do Brasil.

Só a mobilização dos trabalhadores e explorados do continente contra o imperialismo e os governos pró-imperialistas, como o de Lula, podem derrotar a Alca.

Por isso, a hora é de retomar com força a campanha. No mês de março devem ocorrer plenárias nos estados e, nos dias 14 e 15 de abril, a Plenária Nacional da Campanha.

Dívida Externa leva à Alca

MARIA LUCIA FATORELLI*

Brasil enfrenta dificuldades para pagar a dívida externa desde o final da década de 70, com a alta unilateral das taxas de juros pelos EUA. A solução encontrada pelos sucessivos governos foi promover altos superávits comerciais com o exterior, para conseguir os dólares necessários ao pagamento dos juros da dívida.

Para tanto, tivemos o arrocho salarial e a recessão dos anos 80 — prolongadas até os dias atuais — reduzindo as nossas necessidades de importação e desviando a produção interna para as exportações. Outra consequência dessa ânsia exportadora foi a opção por um modelo agrícola excludente, que orientou a pesquisa, financiamentos e, principalmente, as terras às grandes monoculturas de exportação, gerando o êxodo rural, a concentração ainda maior das propriedades rurais e o crescimento da violência no campo. Nesse contexto, a agricultura familiar, apesar de mais produtiva, mais empregadora e ecologicamente sustentável, nunca recebeu o apoio dos governos. Assim, não é de se espantar que nosso país, capaz de colher mais de 100 milhões de toneladas de grãos em uma única safra, ainda esteja implementando progra-

mas como o "Fome Zero".

Ao mesmo tempo em que os EUA aumentaram as taxas de juros, também manipularam os preços dos produtos comerciais agrícolas (commodities), mantendo-os baixos. Mas o resultado desse esforço exportador não solucionou o problema da dívida. De 1978 a 2003, todo o nosso saldo comercial, no valor de US\$ 159 bilhões, não foi suficiente para pagar os juros da dívida, que somaram R\$ 252 bilhões no período. O Plano Real acentuou ainda mais nossa dependência externa. A abertura comercial e a venda de empresas nacionais a estrangeiros dobraram nossas importações de matérias-primas e bens de capital. E também triplicaram as remessas de lucros para o exterior.

Tamãha dependência financeira decorrente do endividamento nos torna altamente vulneráveis a mecanismos nefastos como a proposta da Alca. Infelizmente, ao invés de reverter esse processo, o governo Lula mantém a orientação dos governos anteriores negociando Alca, na intenção de vender aos EUA nossos produtos agrícolas.

Para isso, teremos de fazer caras concessões, conforme afirmou o representante de comércio norte-americano, Robert Zoellick: "Somente ganhará mais quem ceder mais". Segundo o jornal Valor Econômico de 02/02/2004, dois de fevereiro,

os negociadores brasileiros já admitem reduzir nossas tarifas para a importação de produtos industrializados norte-americanos e aceitam vários pontos relacionados às áreas de investimentos, serviços e de propriedade intelectual.

É alarmante constatar que o governo já aplica medidas preparatórias para a implementação da Alca no país, como a liberalização e isenção tributária dos fluxos de capital financeiro, a flexibilização das normas aduaneiras — como o funcionamento em tempo parcial da aduana e a dispensa de visita da fiscalização às embarcações estrangeiras, aprovadas pela recente Lei 10.833/2003 —, e a reforma da Previdência.

Nenhuma Alca serve ao país, seja Light, À La Carte, em "2 pisos" ou "3 trilhos", tal como votaram mais de 10 milhões de brasileiros que participaram do Plebiscito Nacional, em 2002. A Alca provocará perda de soberania e perpetuará a atual política de dependência externa, endividamento, ajuste fiscal e desemprego.

* Maria Lúcia Fattorelli é auditora fiscal da Receita Federal, presidente da Unafisco Nacional e coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida pela Campanha Jubileu Sul

Do caráter libertário do trabalho ao estranhamento

LENE LOBO,
especial para o Opinião Socialista

Sempre se ouve que o que nos distingue dos animais é racionalidade, capacidade de pensar. No entanto, a história de que a idéia prima sobre o fazer não é bem a verdade da própria constituição da Humanidade. A realidade nos mostra que nossa capacidade de raciocínio - para utilizar um termo comum - é oriunda da necessidade prática, portanto, da realidade. É uma dada situação real, um problema, que nos faz refletir (pré-idear) objetivando alcançar uma solução prática. Na verdade, este é mais um aspecto ideológico que a burguesia insiste em incutir na cabeça dos trabalhadores e que vai desembocar em ditados populares que nos dão a idéia de que só é preciso pensar para que a mudança aconteça. Como sabemos: só a luta muda a vida, isto significa: ação consciente.

A capacidade de transformar a natureza e retransformar-se neste infinito processo é, portanto, oriunda de uma necessidade real e não imaginária. E o ato de transformação que nos distingue, de fato, dos demais animais, não é outro, senão o trabalho.

Desde que uma dada espécie de primata viu-se forçada a descer das copas das árvores em busca de alimentos - pois, em função de mudanças climáticas havia diminuído a quantidade de frutos e muitas vezes mesmo chegado-se a escassez; pois bem, desde este momento em que os macacos têm de ir ao chão buscar sua fonte de sobrevivência; desde que um pedaço de tronco transforma-se em ferramenta de defesa e em extensão, do que será, um braço para buscar alimentos: a transformação do macaco em homem está iniciada. O caráter libertário do trabalho não se estanca neste momento inicial. Há um processo de hominização e também humanização, pois, ao afastar-se da condição animal começávamos a nos hominizar e humanizar. Hominizar porque passávamos a utilizar mais as mãos e começávamos a manter a coluna ereta num processo gradual até nos consolidarmos como seres bípedes. E humanizar porque nos afastávamos das condições animais, desenvolvendo capacidades de transformação cada vez menos instintivas, desenvolvendo a linguagem, elaborando - sempre a partir da necessidade material - mecanismos mais sofisticados de vida em grupo.

Neste estágio de desenvolvimento, a humanidade vivia sob a égide do matriarcado; o que significava que toda a produção era comunal. Todos caçavam, pescavam ou produziam alimentos, ferramentas e roupas para todos. E também que as relações de reprodução sexual não eram restritas a um casal; um homem e uma mulher. Eram amplas. Assim se denomina o comunismo primitivo, que continha um elemento desagregador; o baixo desenvolvimento das forças produtivas (Homem, terra e técnica). E por

conta deste baixo desenvolvimento, porque não havia abundância é que houve a necessidade da designação da herança da produção - para o (a) filho(a) - deixando de ser comunal o produto do trabalho e passando a ser privado. É necessário saber quem é o pai, por isso, as relações sexuais começam a se restringir até atingir a monogamia que conhecemos atualmente. É nesse processo que se desenvolve a propriedade privada e, concomitantemente, a passagem do matriarcado para o patriarcado na perspectiva de se conhecer o(a) filho(a) e deixar para ele(a) a herança. A estas distintas maneiras de como os homens em diferentes épocas construíam, através do trabalho, uma forma de sobrevivência, pode-se denominar, bastante genericamente, de modo de produção.

A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO PRODUZ MAIS QUE MERCADORIAS, PRODUZ O QUE SE DENOMINA DE ESTRANHAMENTO; QUE É O NÃO RECONHECIMENTO DAQUILO QUE SE PRODUZ PELO TRABALHADOR

MODO DE PRODUÇÃO

Cada modo de produção corresponde a um dado estágio de desenvolvimento da humanidade - nem sempre significando evolução contínua. Das formas pré-capitalistas até o feudalismo, pautado na propriedade da terra, decorrem mais de dois mil anos. No entanto, as forças produtivas - gênese do próprio desenvolvimento do Homem e das técnicas necessárias para transformação da natureza e de sua própria retransformação - ainda apresentam-se abaixo das reais necessidades da humanidade.

Ocorre que há aproximadamente 500 anos, um tempo ínfimo na dimensão de história da construção da humanidade, um fato inédito aos poucos vai tomando corpo. Pela primeira vez, uma classe domina as ferramentas para o trabalho; e a outra a sua força de trabalho. Os primeiros são os burgueses (capitalistas); os outros - aqueles que constroem a riqueza - e que vendem a força de trabalho: somos nós, os trabalhadores. Aos capitalistas cabe o planejamento (a pré-ideação que já

foi coletiva, como no comunismo primitivo) e aos trabalhadores cabe a execução.

DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

Mas a divisão social do trabalho produz mais que mercadorias, produz o que se denomina de estranhamento; que é o não reconhecimento daquilo que se produz pelo trabalhador. Isto porque a produção é planejada por quem não trabalha, pelo capitalista; e não pelo trabalhador, transformado em mero executor. Mas não participar efetivamente do planejamento é o aspecto final. O trabalhador sequer pode escolher as melhores ferramentas com as quais deve trabalhar. Além disso, é explorado duplamente porque o capitalista não paga todo o tempo de trabalho, mas apenas uma parte do tempo que o trabalhador despende na produção - o que se denomina de mais-valia (tempo de trabalho não-pago). O tempo trabalhado também sofre intensificação, isto significa: aumento de produção, em princípio, sem aumentar a jornada de trabalho. O trabalhador é obrigado a produzir mais no mesmo tempo sem, no entanto, receber sequer por aquilo que produzia antes da intensificação. E mesmo que recebesse, a exploração e o estranhamento não acabariam. Um trabalhador assalariado, que depende do salário, não deixa de ser trabalhador estranhado só porque seu salário é maior que o de outro trabalhador.

O estranhamento não está presente somente no ambiente de trabalho, mas em todas as esferas da sociedade. Os capitalistas produziram um mundo estranho, inclusive, para eles próprios que precisam viver em redomas de segurança. O estranhamento reverte o papel fundante do trabalho; o papel da humanização e o caráter libertário e, ao contrário, de propiciar uma maior humanização e prazer e ser o condutor do estímulo à virtuosidade; o trabalho é transformado em fardo, em elemento de sufocação. Sob o modo de produção capitalista o trabalho transforma-se em emprego, em venda de força de trabalho, em troca de salário - "coisas" que não têm nenhuma relação com: humanização, prazer e afinidade com aquilo que se produz.

Somente quebrando a divisão social do trabalho pode-se romper com a exploração, tornando a produção racionalizada, segundo a verdadeira necessidade dos trabalhadores e não de acordo com a necessidade do mercado irracional que queima alimentos, destrói roupas e leva cada vez mais os trabalhadores a algo abaixo da linha da dignidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- **DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA**
Editado por Tom Bottomore - 1988 - Jorge Zahar Editor
- **O PAPEL DO TRABALHO NA TRANSFORMAÇÃO DO MACACO EM HOMEM**
Friedrich Engels - Global Editora - Coleção Universidade Popular - 1982
- **O HOMEM COMO SER QUE FABRICA UTENSÍLIOS**
Kenneth Oaxley - Global Editora - Coleção Universidade Popular - 1982

LIVRO

Esquerda Socialista e Democrática apela ao veto em plenária no Rio de Janeiro

ANDRÉ FREIRE,
do Rio de Janeiro (RJ)

A Esquerda Socialista e Democrática (ESD) promoveu duas atividades sobre o novo partido no Rio de Janeiro, nos quais ficou claro o conteúdo anti-democrático deste movimento.

No dia 12 de março, houve um ato com a presença de Heloísa Helena, Babá, Luciana Genro e João Fontes, na UERJ, que contou com a presença de cerca de 300 pessoas. Durante o evento, os agrupamentos que compõem a ESD tentaram impedir a fala de um companheiro do PSTU, a qual, no entanto, foi garantida devido a pressão do plenário.

No dia 13 de março, ocorreu um seminário, convocado para discutir a proposta de um novo partido e contou com a participação de cerca de 60 pessoas. Neste evento, os companheiros da ESD foram mais adiante na sua atitude anti-democrática e impediram a entrada no auditório de militantes do PSTU, do Reage PT e de independentes. Este fato, inclusive, gerou a estranha e inusitada presença de seguranças da universidade, que permaneceram por um longo tempo no local.

Estas atividades no Rio de Janeiro demonstram, por um lado, o fracasso da política de exclusão da ESD e, por outro, que é urgente a derrota dos vetos e pré-condições para que se garanta um movimento unitário e democrático por um novo partido.

Enquanto perdemos tempo em discutir critérios de participação em plenárias, centenas de ativistas estão se afastando das atividades de construção de um novo partido. Devemos realizar atividades unitárias que hierarquizem os debates políticos e programáticos, a intervenção conjunta nas atividades do movimento e que discutam que projeto de partido devemos construir no Brasil.

O PSTU e os demais agrupamentos que compõem o Movimento por um Novo Partido Socialista (MNPS) concordam em realizar atividades deste tipo em todo o país. Com a palavra os companheiros da Esquerda Socialista e Democrática!

8 DE MARÇO É MARCADO PELA DESPOLITIZAÇÃO

ANA MINUTTI,
da Secretaria Nacional
de Mulheres do PSTU

Em todo o país, os atos do 8 de março — Dia Internacional das Mulheres — foram pequenos e marcados pela despolitização, sendo que em algumas capitais — como Belo Horizonte (MG) — não houve sequer uma manifestação. Isto porque, em sua maioria, as entidades feministas são dirigidas por apoiadoras do governo Lula — particularmente militantes do PT e do PCdoB.

Em São Paulo (SP), onde um ato reuniu cerca de mil pessoas, a deputada estadual Ana Martins (PCdoB), insistiu em puxar uma salva de palmas para o presidente Lula. Isto porque Ana Luiza Figueiredo, do PSTU e do Sindicato do Judiciário de São Paulo, relacionou o agravamento da situação das mulheres às reformas neoliberais do governo. Durante a passeata, centenas de companheiras foram impedidas pela polícia de se solidarizar aos Trabalhadores Sem Teto. Como também tentaram impedir que discursassem antes do show promovido pela CUT, no final da passeata.

No interior do estado, ocorreram atos em Bauru, Campinas e em São José dos Campos, onde o PSTU e participantes de uma ocupação urbana convocaram uma passeata.

Em Porto Alegre (RS), no ato convocado por diversas entidades, as representantes de partidos foram proibidas de falar no carro de som.

Também aconteceram atos em Belém (PA), Fortaleza (CE), Teresina (PI) e no Rio de Janeiro (RJ).



COLUNA do PSTU no ato em São Paulo

Na maioria dos estados, o centro das atividades promovidas pela CUT foi a defesa da participação das mulheres no

“poder”. Ficou explícito o objetivo de promover as candidaturas como a de Marta Suplicy, em São Paulo, e de Fátima Bezerra, em Natal (RN). ■

Dois atos em Natal

ROSÁRIA FERNANDES,
de Natal (RN)

Em Natal (RN), o PSTU participou ativamente da coordenação que organizou as atividades do 8 de março, com representantes do PT, do PCdoB, da CUT, do MST, do Fórum Estadual e da Marcha Mundial de Mulheres. Contudo, no dia 8, o partido foi impedido de participar.

A atitude autoritária foi devido à participação do PSTU em uma panfletagem na fábrica Alpagartas. O panfleto, da Coordenação Estadual de Lutas (Celutas), trazia fotos dos parlamentares que votaram pela reforma da Previdência, entre eles, a

deputada federal Fátima Bezerra (PT), candidata à Prefeitura.

No dia seguinte, “inconformadas” com a divulgação da mais pura verdade, as demais organizadoras do ato se deram ao absurdo trabalho de apagar — com corretor de texto — a sigla do PSTU em todos os panfletos do dia 8 e mandaram ofícios para as entidades informando que o PSTU havia sido oficialmente expulso das atividades.

O partido não se curvou e, com companheiras do Sindicato da Saúde e do Celutas, organizou uma passeata, denunciando o governo e os métodos usados para tentar calar os que se rebelam.

Quanto ao ato governista, houve festa e shows, e nenhuma política. ■

Dogville, o mundo cão

DINAMARCA/EUA, 2003

DIREÇÃO:
LARS VON TRIER

COM NICOLE KIDMAN
E PAUL BETTANY



Mais que uma ousadia na forma cinematográfica, mais que uma crítica à “era Bush”, Dogville, o novo filme do diretor dinamarquês Lars Von Trier, é uma metáfora da sociedade capitalista, de suas instituições e de sua hipocrisia. Em cartaz em poucos cinemas, mas em breve nas locadoras, é imperdível.

As primeiras cenas já produzem um choque na plateia: o filme se passa num palco sem cenários; casas e ruas da fictícia cidade de Dogville são apenas insinuadas por desenhos de fita crepe no chão e poucos objetos são colocados para identificar cômodos. Essa forma estranha, que elimina as paredes, apresenta a vila onde Grace (Nicole Kidman) vai parar, fugindo da polícia e de gangsteres. Ninguém sabe o motivo de sua fuga, nem seu passado.

Nesta vila, vivem figuras humanas simbólicas que a princípio são amáveis com a estrangeira, mas, em poucos dias, transformam essa amabilidade em exploração, exigindo, em troca do favor de escondê-la, que Grace trabalhe mais por menos dinheiro.

Da exploração do trabalho da estrangeira, os habitantes partem para sua opressão como mulher em uma impactante cena de estupro. O filme ainda apresenta metáforas de muitos elementos da sociedade, desmascarando-os. O “mocinho” Tom (Paul Bettany) é a melhor representação do Estado. Numa vila sem nenhuma instituição formal, ele controla todos, sutilmente. Os comerciantes da vila são expostos em sua ganância. Uma família, com mãe, pai e sete filhos descortina as mazelas das relações familiares e da educação. A Igreja possui um sino que conta o ritmo da cidade, mas não tem padre.

A família, a Igreja, a Justiça, o Estado, os bandidos, tudo é alvo de crítica. A principal metáfora é a própria cidade. A falta de paredes demonstra a maior das verdades: toda a sociedade é exposta, mas todo mundo finge que não vê. (YARA FERNANDES SOUZA)

NEGROS E NEGRAS

21 de março: Dia de Denúncia do Racismo

WILSON H. SILVA,
da Secretaria Nacional de
Negros e Negras do PSTU

Shaperville, África do Sul, 21 de março de 1960: Vinte mil negros protestavam contra a lei do apartheid que os obrigava a portar cartões de identificação. O exército atirou sobre a multidão, resultando na morte de 67 pessoas e em 186 feridos. O massacre causou repúdio mundial, fazendo com que a data fosse declarada *Dia Internacional de Combate e Denúncia ao Racismo*.

No outro lado do mundo, nos Estados Unidos, no decorrer da mesma década, manifestações contra a legislação que impedia que negros e brancos frequentassem desde as mesmas escolas até os mesmos banheiros eram violentamente reprimidas.

Passados 44 anos, o apartheid já não existe na África do Sul, como também são raros os países em que existem leis

abertamente segregacionistas. Contudo, estamos longe de poder afirmar que o racismo já não promove “massacres” mundo afora. Muito pelo contrário. Foram apenas os métodos de repressão, opressão e extermínio que mudaram.

Apenas para citar o exemplo da África do Sul, basta lembrar que, em 2003, 11% da população (cerca de 4,7 milhões de pessoas) estava infectada pelo vírus da Aids. O desemprego e a fome ainda matam milhões de negros, que continuam “separados” da minoria branca. Esta, por sua vez, segue com o que há de melhor, agora de braços dados com uma “elite” negra corrupta.

Este foi o resultado da traição das lideranças sul-africanas, como Nelson Mandela e o CNA, que optaram por governar com a elite branca, mantendo intacta a estrutura capitalista do país.

Com histórias diferentes, negros, negras e membros de etnias não-brancas vivem situações semelhantes. Seja na Europa, nas Américas, na Ásia ou no

Oriente Médio, a “questão racial” é fator determinante para a superexploração de trabalhadores e jovens.

Por isso mesmo, a principal lição que podemos tirar do “21 de março” é que o combate ao racismo só pode ser coerente e vitorioso se for feita em aliança com a luta pela derrota de seu principal agente: o capitalismo e todos aqueles que se curvem aos seus desmandos. ■

ORGANIZE UM DEBATE NA SEDE OU EM SUA ENTIDADE

Dois filmes auxiliam no debate sobre o racismo e a história da África do Sul. *Um Grito de Liberdade* (1987) baseia-se na história de Steve Biko e de um jornalista branco, Donald Woods, que conseguiu fugir da África do Sul com os escritos do ativista negro, assassinado em 1977. *Sarafina* (1992) é um curioso (e irregular) filme, estrelado pela atriz Whoopi Goldberg, que conta, na forma de um musical, a história de um massacre de centenas de estudantes negros, em Soweto, em 1976.

LUTA DA FLAKEPET NÃO TERMINOU

Após a reintegração de posse da fábrica Flakepet, a luta não terminou. Desalojados pela PM e sem emprego, os funcionários acamparam em frente à fábrica, em Itapevi (SP), e ainda buscam o seu controle. O Opinião Socialista conversou com Everaldo Duarte, do Sindicato dos Químicos Unificados da região de Osasco e José Carlos Santos, trabalhador da fábrica.

POR YARA FERNANDES,

Opinião Socialista - Como foi feita a reintegração de posse?

Everaldo Duarte: Ficamos sabendo da reintegração no dia anterior, através do dono, Mauricio Naguchti. Tentamos cassar a liminar, mas não conseguimos. A reintegração foi feita de madrugada pelo batalhão de choque. Fizemos uma assembléia e decidimos acampar em frente a fábrica.

Como o acampamento é organizado?



EVERALDO (no microfone), José Carlos e Reinaldo Domiciano, trabalhadores da Flakepet, falam sobre sua luta no Encontro Sindical Nacional

Everaldo: Durante a ocupação estávamos produzindo, precariamente, mas estávamos tocando a produção. Agora está tudo parado. Não temos como garantir o sustento. Da produção que tínhamos, parte era destinada à compra de matéria-prima e o restante dividido em salários. Hoje todo recurso que conseguimos é pra manter o acampamento.

A expectativa dos trabalhadores é retomar o controle da fábrica?

Everaldo: O sindicato conseguiu o arresto de bens. Hoje, toda a fábrica está arrestada, ou seja, a serviço do pagamento das dívidas trabalhistas. Foi uma vitória, pois nossa preocupação era que o patrão sumisse com os

equipamentos. A expectativa é voltar para a fábrica. O patrão disse que pretende retomar a produção com uma média de 40 trabalhadores. A maioria ficaria de fora. Questionado, ele disse "isso a gente discute na justiça".

Qual era a situação dos trabalhadores antes da ocupação?

José Carlos Santos: Em outubro, o patrão chegou na fábrica e disse pra gente voltar pra casa e ficar 10 dias sem trabalhar, pois a empresa estava com dificuldades; já estávamos com salários e o décimo terceiro atrasados. Avisamos ao sindicato, que está conosco até hoje, e em dezembro uma assembléia decidiu ocupar a fábrica. Ocupamos por três meses.

Qual é a situação atual?

José Carlos: Estão todos passando dificuldades, são poucos os que conseguem fazer algum bico e estamos dependendo de doações. A prefeita esteve na fábrica e prometeu muitas coisas, mas não cumpriu. Pedimos para ela municipalizar a empresa e ela disse que era impossível. Municipalizar seria uma forma da empresa quitar as dívidas que tem.

Governador gaúcho encaminha reforma da Previdência

ALTEMIR COZER,
de Porto Alegre (RS)

O governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto (PMDB), encaminhou à Assembléia Legislativa o projeto de reforma da Previdência para o Estado. O projeto, que deve ser votado até o final do mês de março, pretende implementar um duro ataque aos direitos dos servidores estaduais e privatizar a Previdência. Se aprovado, de imediato haverá um confisco salarial de 3,1%.

A reforma proposta abre caminho para o desmonte de uma das principais conquistas dos servidores gaúchos, o Instituto de Previdência do Estado (IPE). O Instituto atende 875 mil servidores e dependentes e é fundamental

para o sistema de saúde geral.

Toda a bancada do PT na Assembléia está a favor pela aprovação da reforma em Brasília. No movimento dos servidores, a maioria de entidades apóia o governo. Destes se esperava muito pouco, porém, do CPERS/Sindicato – esperava-se outra postura.

Nos fóruns do CPERS, os militantes do **PSTU** apresentaram a proposta de uma campanha contrária à aprovação do projeto. Não foi aprovada. A maioria da direção (*Articulação Sindical e Democracia Socialista*) decidiu apenas "apresentar emendas" ao projeto.

A POSIÇÃO DOS "RADICAIS"

O MES (*Movimento Esquerda Socialista*, corrente da deputada Luciana Genro) não só votou junto com a diretoria como foi a corrente que esteve na linha de frente da defesa da proposta.

A posição do MES é muito importante, pois além de ser a ala esquerda, é parte significativa do sindicato.

Questionadas sobre sua posição, as companheiras justificam que como perdemos em Brasília não tem como barrar no Estado. Perguntamos as companheiras também se por acaso a hoje deputada federal Luciana Genro estivesse no parlamento gaúcho votaria contra como fez em Brasília, ou apresentaria emendas? Pela posição da corrente no CPERS, a deputada apresentaria emendas e votaria no projeto.

Isso é um grave erro. Na nossa opinião, as companheiras do MES devem rever sua posição, chamar a luta para derrotar este projeto e exigir que os deputados comprometidos com os servidores votem contra a proposta, desencadeando uma campanha pública diferente da maioria do CPERS.

Perseguição no Cariri

Os funcionários e docentes da Universidade Regional do Cariri, no Ceará, estão com um abaixo-assinado contra a tentativa da reitoria de retirar o espaço do sindicato dos docentes e transferir o professor Emmanoel Lima. "Repudiamos estes atos arbitrários, pois em todas as instituições públicas de ensino superior do país, os sindicatos docentes (...) convivem nos espaços das universidades e dirigentes sindicais são inamovíveis", diz o texto. (FÁBIO JOSÉ, diretor do Sindurca e vereador do PSTU em Juazeiro do Norte)

Greve na Paraíba

Os servidores municipais de Santa Rita (PB) estão em greve desde 18 de fevereiro, com 90% de adesão, enfrentando a Prefeitura do PMDB.

O Sindicato quer a reposição de perdas dos últimos cinco anos, que chega a 79,5%. A Prefeitura diz que não pode atender às reivindicações mas, nos últimos cinco anos, aumentou em 630% a arrecadação de impostos.

(ANTONIO RADICAL)

JUVENTUDE

Estudantes do CEFET exigem o passe-livre à Marta Suplicy

No ano passado, depois da fantástica mobilização em Salvador contra o aumento da tarifa do transporte - o "Agosto do Buzu", em diversas cidades foram organizados atos contra o aumento de passagens e pelo passe-livre.

E os protestos continuam em 2004. Em São Paulo, no dia 12, 300 estudantes do CEFET realizaram uma manifestação pelo passe-livre, aproveitando a visita surpresa da prefeita Marta Suplicy (PT) à escola. Repetiram-se as cenas do começo do ano, quando a prefeita foi visitar moradores atingidos pelas enchentes. Desta vez, Marta teve de ouvir de perto o descontentamento dos estudantes e teve a desfaçatez de sugerir que os alunos do Cefet pedissem o passe-livre na Secretaria de Transportes.

As atividades do comitê da campanha serão reiniciadas, provavelmente, com a organização de uma jornada de lutas dos estudantes secundaristas (ao contrário do que a UBES vem fazendo). Um grande ato será convocado para denunciar a máfia do transporte público e arrancar de seus lucros o passe-livre. A campanha defenderá ainda a estatização das empresas de ônibus sob controle dos trabalhadores.



DIALOGO Em ato do Bolsa Trabalho, Marta Suplicy debate com jovem ligado ao PSTU, que pediu passe livre para estudantes nos ônibus; a petista sugeriu que ele fosse à Secretaria dos Transportes

BRUNO MACHION, militante do **PSTU** e do **MRS**, cobra o passe-livre à Marta. Reprodução do jornal *Folha de S. Paulo*, do dia 13 de fevereiro

Tarso Genro é vaiado por estudantes em Curitiba

RICARDO BORGES ANDRES

O ministro da Educação Tarso Genro foi vaiado pela maioria dos 1.200 estudantes que estiveram presentes na UFPR (Universidade Federal do Paraná) para a aula inaugural do ano letivo de 2004.

O ministro fez críticas ao relatório que sugere a cobrança de ex-alunos, mas reafirmou a intenção de realizar a reforma Universitária. Ele informou que a proposta será enviada ao Congresso Nacional em novembro, após as eleições municipais. Militantes do PSTU participaram do evento e criticaram a posição do ministro.

UNIVERSIDADE



Correio Internacional



PUBLICAÇÃO DA LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES - QUARTA INTERNACIONAL - WWW.LITCI.ORG

HAITI: AS MÃOS DE WASHINGTON E PARIS NA QUEDA DE ARISTIDE

INSATISFAÇÃO COM MISÉRIA E A APLICAÇÃO DOS PLANOS DO FMI DÁ UMA FACE DE REVOLTA POPULAR A UM GOLPE SEMELHANTE AO QUE FRACASSOU NA VENEZUELA

Inserida em um convulsionado contexto latino-americano, que nos últimos anos resultou em processos revolucionários que derrubaram governos na Argentina, Bolívia, Equador e Peru, a derrocada de Jean-Bertrand Aristide no Haiti pode gerar confusões sobre seu verdadeiro significado. Acreditamos que os recentes acontecimentos no Haiti não se trataram de um processo revolucionário, mas sim o contrário. Foi fundamentalmente um duro choque entre duas frações burguesas, ambas pró-imperialistas, disputando o controle sobre o aparelho de Estado haitiano. O imperialismo ianque, que inicialmente respaldava Aristide, mudou sua posição diante do curso que tomava a guerra civil, passando a apoiar a oposição. Esta, por sua vez, demonstrou seu caráter claramente pró-imperialista desde o início dos enfrentamentos ao lançar uma campanha solicitando a "intervenção estrangeira", quer dizer, dos EUA. Além disso, uma vez com Aristide fora do governo, e iniciada a invasão de soldados norte-americanos, que o seqüestraram e o tiraram do país, as forças que agora compõem o governo do Haiti estão completamente submetidas às ordens do governo Bush e de seus soldados.

No entanto, é necessário reconhecer que a luta popular que se desenvolve atualmente na América Latina cria impactos sobre o Haiti. Toda a luta contra Aristide seguramente estava apoiada no descontentamento popular. Contudo, esses fatores apenas completam a definição central sobre o que acontece no país.

A ditadura dos Duvalier

Para entender os recentes acontecimentos no Haiti, é fundamental partir de dois fatos centrais. O primeiro é que o Haiti é o país mais pobre do continente americano e um dos mais pobres do mundo, com níveis econômicos e sociais similares aos países mais miseráveis da África. O segundo é que, como o conjunto da América Central e da região do Caribe, o Haiti é considerado pelo imperialismo norte-americano como a parte mais próxima de seu "quintal", com direito a nomear e derrubar governos quando considera necessário (ver quadro histórico). Não é casual que durante todo o século XX o imperialismo tenha promovido invasões e ocupações militares em países da região, como Guatemala, Nicarágua, Panamá, República Dominicana e o próprio Haiti.

Em 1957, o imperialismo impôs o governo de François Duvalier (o famoso Papa Doc) que, apoiando-se em uma reduzida oligarquia, instituiu um regime sangrento e ditatorial acumulando

uma imensa fortuna pessoal. Alguns dos principais instrumentos de repressão do regime foram os famosos *Tonton Macoutes*, uma guarda paramilitar que perseguia, torturava e assassinava todos os que faziam oposição ao regime. Para aumentar o temor da população, muitas vezes a ditadura utilizava-se de fatos curiosos, como determinadas práticas e símbolos do vudu, um culto afro-americano amplamente difundido pelo país.

Em 1971, depois da morte de Papa Doc, seu filho, Jean-Claude, conhecido por Baby Doc, assumiu o controle da ditadura militar. Sem o carisma e o peso político de seu pai, as coisas começaram a se complicar para Baby Doc. Na década de 1980, iniciou-se um processo de luta popular contra a ditadura culminando, em 1986, com uma insurreição que depôs Baby Doc, obrigando-o a fugir do país.

O governo de Raoul Cedras

Depois de vários governos interinos, em 1990 foram realizadas as primeiras eleições livres. Aristide, que havia fundado o movimento *Lavalas*, derrotou Marc Bazin, ex-funcionário do Banco Mundial e candidato apoiado pelos EUA. No entanto, após nove meses, Aristide foi derrubado por um golpe militar encabeçado pelo general Raoul Cedras, apoiado pelo imperialismo norte-americano.

A política econômica de Cedras acentuou até as últimas consequências os índices intoleráveis de miséria do povo haitiano. Isto não só reavivou a luta popular como obrigou a população a fugir do país como "balseiros", que tentavam desesperadamente entrar nos EUA através do estado da Flórida. Dentro desse cenário, em 1994, 20 mil *marines* norte-americanos invadiram o país, reconduzindo Aristide ao poder, já que Washington apostava que ele era o único que poderia controlar a situação.



ARTE GUSTAVO SIXEL

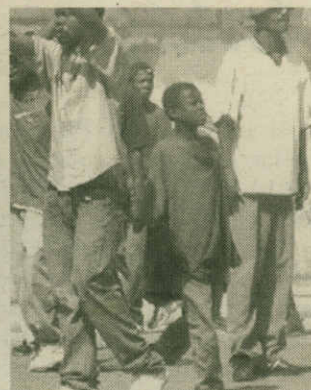
A PARÁBOLA DE ARISTIDE

Jean-Bertrand Aristide é um ex-sacerdote católico vinculado à Teologia da Libertação. Desde o início de sua vida política, quando dirigia paróquias nos subúrbios da capital Porto Príncipe, Aristide ganhou muito prestígio, se convertendo em umas das figuras mais destacadas da luta contra a ditadura dos Duvalier. Foi com base nesse prestígio que venceu as eleições de 1990. Mas sua figura inspirava profunda desconfiança no imperialismo norte-americano, que preparou e apoiou o golpe de Raoul Cedras.

Dois fatos levaram à mudança na política do imperialismo no país. Por um lado, como vimos, a própria dinâmica da situação haitiana tornava cada vez mais insustentável o governo de Cedras. Por outro, Aristide havia negociado com Bill Clinton, então presidente dos EUA, sua colaboração na implementação de um plano econômico de acordo com as prioridades do FMI. Aristide se transformou, então, em pivô central na implementação da política imperialista no país. Em 1994, quem ganhou as eleições foi René Preval, ex-vice de Aristide, que continuou sendo o "homem forte" do país. Em 2000, foram realizadas novas eleições e Aristide obteve 92% dos votos, em meio a denúncias de fraudes que partiram de toda a oposição.

SEU GOVERNO

O governo de Aristide começou a ficar cada vez mais isolado. Devido ao compromisso assumido com os EUA e o FMI, ele atuou contra os mesmos setores que haviam votado maciçamente nele nas duas eleições. A isto se somou também a crise econômica causada pela queda dos preços de alguns dos principais produtos de exportação do país,



MANIFESTANTES

nas ruas da capital do Haiti, nos dias que antecederam o a queda do presidente Aristide.

AO LADO,

o ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, que aplicou os planos neoliberais no Haiti

como café, tabaco e rum. Na medida em que crescia a crise interna, diminuía também o turismo, outra fonte importante da economia do país.

Depois de três anos de governo, Aristide perdeu quase todo seu apoio popular. Setores que antes o apoiavam passaram agora a fazer oposição a seu governo. Como expressão desse processo, em novembro de 2003, uma importante mobilização estudantil sacudiu o país e foi duramente reprimida pela polícia. Ao mesmo tempo, com o crescimento das acusações de fraude nas eleições, Aristide foi perdendo cada vez mais apoio de outras frações burguesas. Foi apenas uma questão de tempo para que estas também comessem a exigir sua renúncia.

Como resposta, Aristide tentou garantir seu controle direto sobre as forças repressivas, particularmente, a polícia, já que o Exército havia sido dissolvido pela ocupação imperialista em 1994. Mas na medida em que crescia a força militar da oposição, o que ficou bastante evidente foi o fato de que a polícia de Aristide deixou de defender as principais cidades e inclusive a capital, passando a negociar seu apoio com a oposição e seus grupos paramilitares. Isso explica a rapidez do avanço militar da oposição no país.

Finalmente, o único grupo que manteve pleno respaldo a Aristide foi o dos *chimeres*, uma organização político-militar com certa força e apoio popular na periferia de Porto Príncipe. Algumas informações indicam que esses grupos resistiram aos paramilitares da oposição (pelos menos dez mortes foram registradas nesses choques). Mas logo depois da derrubada e seqüestro de Aristide, eles passaram à clandestinidade e ainda não está claro o que farão.

A OPOSIÇÃO CIVIL E MILITAR

A "oposição civil" a Aristide estava composta por um arco de distintas forças. Participavam dela, por exemplo, setores que haviam enfrentado Duvalier, como o partido social-democrata de Gerard Charles; os democrata-cristãos; a *Convergência Democrática*, encabeçada por empresários como André Apaid, de nacionalidade norte-americana e líder do *Grupo dos 184*, extremamente vinculado ao imperialismo. A política que os unia era a oposição aos abusos do governo Aristide e a exigência de renúncia. Mas, desde o início, este bloco demonstrou sua estreita relação com imperialismo, chegando a defender uma intervenção estrangeira para evitar a guerra civil.

IMPERIALISMO IMPÕE GOVERNO FANTOCHE

Dado o curso dos acontecimentos, o imperialismo ianque primeiro promoveu uma negociação entre Aristide e a oposição, apresentando fórmulas como a incorporação de um primeiro-ministro opositor e a antecipação das eleições. Mas, logo depois, retirou seu apoio a Aristide passando a defender a entrega do poder a oposição.

Os fatos ocorridos têm certa comparação com os acontecimentos venezuelanos, em abril de 2002. Ali, junto com a direita e setores da burguesia, foi impulsionada uma "revolta popular" dos setores médios para encobrir um golpe contra-revolucionário. Mas no caso da Venezuela, os trabalhadores e as massas responderam e derrotaram o golpe.

No Haiti, isso não ocorreu, pela perda do apoio popular ao governo de Aristide, fruto de sua colaboração com os EUA, e por sua própria atitude de chamar uma intervenção das forças imperialistas para defendê-lo. Os EUA culminaram essa política golpista com uma invasão militar no país para assegurar a derrubada de Aristide e, também, para controlar a situação e a oposição, agora convertida em governo. Essa política teve o pleno respaldo do imperialismo francês (antiga metrópole colonial do Haiti, que apoiava os grupos paramilitares) e da ONU.



BONIFACE ALEXANDRE, presidente da Suprema Corte, encabeça o novo governo

O novo governo, encabeçado pelo presidente da Suprema Corte de Justiça, Boniface Alexandre, é claramente um governo fantoche do imperialismo. Para demonstrar a quem deve obediência, Boniface Alexandre, em sua posse, prestou juramento na presença dos embaixadores dos EUA e da França. Desde então, ele e seu primeiro-ministro andam escoltados pelas tropas norte-americanas, numa situação que a imprensa vem qualificando como "prisioneiros virtuais". Todas as forças que participaram da derrubada de Aristide continuam requerendo e aceitando a presença das tropas imperialistas e a intervenção da ONU. Também como prova de obediência, um dos líderes militares da oposição, Guy Phillippe, declarou aceitar a entrega das armas de seu grupo às tropas norte-americanas.

O papel da ONU

Podemos definir o que aconteceu como um golpe pró-imperialista e o governo de Boniface Alexandre como um governo fantoche, mas isso não significa que o imperialismo ianque está acomodado com a situação haitiana. Em meio a um ano eleitoral e com problemas cada vez mais sérios no Iraque, o governo Bush não tem intenções de se envolver em uma nova invasão, abrindo uma nova frente de intervenção, arriscando a vida de mais soldados. Porém o presidente ianque não teve outra saída para responder aos fatos. Diante de uma possível resistência de massas, quando estas viam que nenhum de seus problemas se resolveriam, passa apostar nas distintas organizações paramilitares, como fez no Afeganistão. Contudo, o imperialismo enfrenta um risco imediato: o caráter heterogêneo da oposição derivado do enfrentamento

das distintas frações armadas dos "senhores da guerra", como também ocorreu no Afeganistão. Para evitar esse risco, não haveria remédio senão despejar mais tropas no país.

O apoio do imperialismo francês cumpre um papel chave, especialmente, na intervenção da ONU, reivindicada pelos EUA e pelo novo governo. Isso daria a Bush cobertura política e militar através dos *capacetes azuis*. Dessa forma receberiam a colaboração de governos latino-americanos, como o de Lula e do argentino Kirchner, que, não só anunciaram seu apoio a intervenção da ONU, como também ofereceram soldados para atuar como *capacetes azuis*. Não se trata de nenhuma preocupação humanitária com o povo haitiano, mas sim a intenção de ajudar Bush com a máscara da "paz".

FORA O IMPERIALISMO DO HAITI!

A *Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional*, com a qual o **PSTU** simpatiza, repudia completamente a intervenção militar franco-americana no Haiti e exige a retirada imediata das tropas imperialistas. Denunciamos também que toda e qualquer intervenção política e militar da ONU têm como objetivo apoiar a política do imperialismo ianque e francês.

Devemos exigir dos governos Lula e Kirchner que não mandem um só soldado ao Haiti. Somente o povo haitiano tem o direito de decidir quem deve governá-lo. Confiamos plenamente que o povo do Haiti, com base nas suas velhas tradições de luta anti-colonial, desde seu próprio nascimento como nação até a luta contra Duvalier, saberá encontrar o caminho de seu triunfo.

Uma longa história de pilhagem e de lutas

O Haiti é o país mais pobre do continente. Dois terços de sua população vive na mais absoluta pobreza. Muitas famílias sobrevivem com menos de um dólar por dia e a expectativa de vida média da população chega a apenas 45 anos. Isto é resultado de brutal pilhagem colonial e imperialista que o país sofreu ao longo de sua história. História que também está marcada por lutas heróicas.

A era moderna do Haiti é inaugurada por um genocídio. Em 1492, Cristóvão Colombo descobre a ilha de La Española, hoje em dia dividida entre Haiti, ao ocidente (oeste), e a República Dominicana, ao Oriente (leste). Em menos de meio século, a maioria de seus primitivos habitantes, mais de 300 mil índios taínos, havia sido exterminada, dizimada pela escravidão nas minas de ouro, em massacres e epidemias. A partir de 1505, é introduzido na ilha o cultivo da cana de açúcar. Barcos negreiros trazem escravos africanos para trabalharem no plantio. Na medida em que os colonos espanhóis, frente ao esgotamento das minas de ouro, abandonam a ilha rumo a América do Sul, os franceses ocupam a ilha de Tortuga, no norte do Haiti. Em 1697, a Espanha aceita a soberania francesa nessas terras que, após um século, recebem o nome de Haiti.

Graças ao cultivo da cana de açúcar, cuja importância era similar a de petróleo atualmente, o Haiti se converte em uma das colônias mais ricas do mundo. Uma riqueza que se baseava na brutal exploração de mais de 500 mil escravos africanos obrigados a trabalhar de sol a sol em condições desumanas. No momento da Revolução Francesa, a população de escravos é dez vezes maior do que a de brancos e de homens livres,

majoritariamente mestiços e negros que obtiveram ou compraram sua liberdade. Quando começaram a chegar os primeiros ecos da Revolução Francesa, em 1789, as aspirações de liberdade se expressam na voz de Toussaint Louverture, o *Espartaco Negro*. Sua figura domina a história até 1804, quando o Haiti conquista sua independência. Mais de 200 mil pessoas, a maior parte negros, morreram durante aquela revolução. Foi não só a primeira revolução anti-colonial triunfante na América Latina como, também, a primeira revolução vitoriosa de escravos no mundo.

Mas a economia haitiana estava em ruínas. As plantações haviam sido devastadas e ressurgiu o antagonismo entre a maioria negra e a minoria mestiça. Temendo um contágio abolicionista, as potências dessa época, que em sua maioria não haviam abolido a escravidão, isolaram e marginalizaram a jovem República negra. A guerra pela independência na América espanhola e uma larga série de guerras civis que sucederam impediram também a unidade de ambos os processos revolucionários.

As autoridades haitianas temiam que a

França lançasse uma invasão. Paris, buscando recuperar sua antiga colônia, reclama em 1814 uma compensação no valor de 150 milhões de francos em ouro, para indenizar os colonos. Em 1838, a França reconhece a independência do Haiti, sobre a base da aceitação dessa "dívida", agora reduzida a 90 milhões de francos. Até 1883, o Haiti pagou em partes o total dessa indenização. Em 2003, Aristide lançou uma campanha exigindo da França o reembolso dessa "dívida da independência", cujo valor atualizado chega a 21,6 milhões de dólares. Obviamente, a França não pagou.

Durante o século XIX, o peso dessa dívida nas finanças do Haiti, a devastação das florestas e o empobrecimento do solo causado pela exploração excessiva durante o período colonial afetaram o desenvolvimento da nova República negra. Os choques internos originaram várias guerras civis e até a divisão temporária do país. Isso aprofundou o antagonismo entre as massas de ex-escravos, que sobreviveram nas zonas rurais, e a nova burguesia oligárquica urbana, sobretudo mestiça, que enriqueceu com o comércio de café. Sucederam-se golpes de Estado, motins e golpes palacianos.

No século XX mudam os protagonistas, mas não a realidade de pilhagem e miséria. Também vai emergir como potência dominante o imperialismo norte-americano. A partir daí, a América Central e o Caribe são considerados pelos EUA como seu "quintal". Inicia-se, então, a política do "Big Stick" (grande tacão) para demonstrar quem realmente manda. O verdadeiro significado dessa política fica evidente com a frase de presidente Monroe "América para os americanos". Começa então uma série de invasões a distintos países da região. O Haiti foi ocupado pelos soldados dos EUA em 1915, que lá permanecem até 1934. Eles tomaram o controle da aduana e criaram exércitos para defender seus interesses. Depois, em 1957, eles irão apoiar a ditadura dos Duvalier, varrida em 1986 por uma imensa rebelião popular. Começa assim a história recente que analisamos no artigo principal dessa edição.

Atualmente, o domínio ianque da economia haitiana é quase absoluto: 89% das importações e 65% das exportações se realizam com os EUA. Aliado com uma pequena oligarquia mestiça (menos de 5% da população) e branca (pouco mais de 1%), oprimem e exploram a imensa maioria negra. Nas últimas décadas, à tradicional produção de café, rum e tabaco, foram agregadas também indústrias de vestido e de brinquedos para exportação, como as *maquiladoras* nas chamadas "zonas livres" de Porto Príncipe. Nelas as empresas multinacionais pagam salários de fome e ganham fortunas.

Como uma amarga ironia do capitalismo, uma parte destas roupas volta ao Haiti já usada, reingressadas por expressas estrangeiras para vendê-las a preços baixos ou como parte da hipócrita ajuda humanitária do imperialismo. A maioria dos haitianos só usa estas roupas de segunda mão porque não pode comprar uma nova, nem mesmo os que trabalham nas fábricas que as produzem.



TOUSSAINT LOUVERTURE, O ESPARTACO NEGRO, LÍDER DA PRIMEIRA REVOLUÇÃO VITORIOSA DE ESCRAVOS NO MUNDO

LIVRO

DECLARAÇÃO DA DIREÇÃO NACIONAL DO PSTU SOBRE OS ATENTADOS NA ESPANHA

FOTOS INDYMEDIA



ATO em frente a uma das sedes do PP, o partido de Aznar

Ante o brutal atentado que matou 201 pessoas e deixou 1.421 feridos queremos manifestar, em primeiro lugar, a mais completa solidariedade com todas as vítimas. Foi um atentado a um meio de transporte usado diariamente por milhões de trabalhadores, por imigrantes e estudantes que vão para o trabalho e escolas. Gente humilde que mora em bairros e cidades com longa tradição de luta operária e popular.

Condenamos, portanto, o atentado canalha que atingiu trabalhadores e trabalhadoras, muitos deles imigrantes. Seus autores utilizaram o método próprio dos fascistas. Esse tipo de ação, seja ela patrocinada pela direita ou por grupos terroristas islâmicos, somente fortalece a política de guerra contra os povos de Aznar, Bush e Blair. Felizmente o sentimento de repúdio da população espanhola contra essa política impediu que isso acontecesse.

O governo Aznar e seu partido, o PP (Partido Popular) são sustentáculos na Europa, junto com Blair, da intervenção militar no Iraque promovida pelo governo Bush. Esses governos colocam os seus países na guerra e são os trabalhadores que sofrem as consequências. Eles são os verdadeiros responsáveis por toda esta situação. O governo Aznar tentou tirar proveito eleitoral dessa situação para fortalecer o seu candidato, Mariano Rajoy, escondendo e manipulando informações, como, por exemplo, tentando atribuir desde o início a responsabilidade ao ETA pelos atentados. Contudo, Aznar e seu candidato amargaram uma profunda derrota eleitoral, como prova da insatisfação da população espanhola diante de sua adesão a guerra e a ocupação do Iraque. Dias antes das eleições a população protagonizou imensas passeatas sob o lema de "a verdade antes de votar". Protestos também foram realizadas em frente a sede nacional do PP onde manifestantes gritavam "Nossos mortos vossa guerra" em repúdio a política de Aznar. A derrota eleitoral do PP também foi uma derrota dos governos imperialistas de Bush e Blair que tentam recolonizar o mundo.

Os votos dirigidos ao PSOE expressaram a esperança de que o futuro governo não venha ser mais um aliado de Bush e Blair na ocupação do Iraque. No entanto, as declarações feitas pelo candidato socialista, José Rodríguez Zapatero, depois de anunciada sua vitória eleitoral, afirmando que sua principal prioridade será o combate ao terrorismo, já significam que seu governo pretende manter a política de guerra contra os povos, com Bush e Blair, e não merece nenhuma confiança.

A solidariedade com as vítimas não pode significar nenhum apoio a esses governos. Ao contrário, precisamos rechaçar a guerra imperialista e os governos que a patrocinam. Por isso no dia 20 de março, dia internacional de luta contra a guerra, devemos sair às ruas para exigir o fim da ocupação imperialista no Iraque e a retirada imediata das tropas.



BICHO DE DUAS CABEÇAS

CANDIDATURA DEMOCRATA CONFUNDE ELEITORES NORTE-AMERICANOS. MESMO SEM ACREDITAR NA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS SOCIAIS E DA CRISE NO IRAQUE, JOHN KERRY É APOSTA PARA DERROTAR BUSH

LANCE SELFA,
da International Socialist Organization
(ISO), dos Estados Unidos

Nos dias que sucederam a captura de Saddam Hussein no Iraque, os índices de aprovação do presidente Bush, nas pesquisas de opinião, atingiram as nuvens. Ao mesmo tempo, a campanha presidencial de seu principal adversário, o senador Democrata John Kerry, parecia que estava à beira de um colapso. No entanto, apenas três meses depois disso, o cenário é o oposto.

O apoio a Bush despencou a um ponto em que somente cerca de 40% dos pesquisados afirmam que definitivamente votariam para reelegê-lo nas eleições de novembro. E Kerry, hoje, está liderando a lista dos Democratas que poderão substituir Bush. Isto depois de ganhar a maioria das primárias partidárias estaduais (que funcionam como uma eleição entre pré-candidaturas para escolher o candidato Democrata).

Várias pesquisas de opinião realizadas no início de fevereiro apontavam para uma vitória de Kerry sobre Bush, em novembro.

O que aconteceu? A virada ocorreu quando o inspetor de armas David Kay — escolhido diretamente por Bush — relatou, em janeiro, que não existiam armas de destruição em massa no Iraque. “Nós todos estávamos errados”, declarou Kay, minando a justificativa oficial dada por Bush para iniciar a guerra. Adicione-se o fato de que a captura de Saddam não reduziu a resistência à ocupação norte-americana. De repente, a mídia dos EUA começou a questionar “credibilidade de Bush” investigando até mesmo alegações de que Bush “escapou” do treinamento militar para a Guarda Nacional, durante a Guerra do Vietnã.

Enquanto Bush afundava, Kerry emergia. No início do processo de primárias, parecia que o ex-governador de Vermont, Howard Dean — que fez campanha criticando a aventura de Bush no Iraque e atacou os democratas do congresso por estarem se submetendo à pauta imposta por Bush — seria o homem a ser atacado. Mas quando os primeiros votos começaram a pingar, Kerry subiu ao topo e o apoio a Dean entrou em colapso.

A candidatura de Dean implodiu por uma série de razões. Dirigentes democratas em Washington — convencidos de que Bush iria taxá-lo como sendo “liberal demais” — lançaram uma pesada campanha contra ele. O próprio Dean arranhou sua credibilidade (como sendo alguém “anti-sistema”) quando começou a ganhar apoio de gente intimamente ligada ao centro do poder, como o ex-vice-presidente Al Gore. Além disso, seu histórico de apoios a medidas anti-populares, como o corte

no orçamento do Medicare (sistema de seguro-saúde para idosos) começou a assombrá-lo. Todos estes fatos se combinaram para fazer com que Dean afundasse, impulsionando a candidatura Kerry para a vitória na maioria das primárias democratas. Após perder todas as eleições que disputou, Dean retirou sua candidatura em fevereiro.

Apesar de ter o apoio da maioria dos dirigentes “internos” do Partido Democrata, Kerry está ganhando apenas por uma razão: conseguiu defender com êxito que ele é “elegível”; que pode derrotar Bush.

ARMADILHA DO MAL MENOR

“Elegibilidade” é a política de votar no “menor dos dois demônios” quase se tornando um princípio. As pessoas não estão sendo chamadas a votar em Kerry porque acreditam que ele fará qualquer coisa no sentido de melhorar os serviços de saúde ou acabar com a guerra. Mas, sim, porque acreditam que Kerry pode derrotar Bush. E a definição de ser alguém capaz de derrotar Bush significa “alguém politicamente tão próximo de Bush quanto possível, mas com um grau de diferença suficiente para dar aos eleitores razões para votar em Kerry e não em Bush”.

Kerry, por exemplo, votou pela autorização para as guerras do Afeganistão e do Iraque. Ele votou a favor da desastrosa reforma educacional, feita por Bush em 2001. Votou a favor do Ato Patriótico dos EUA, que legaliza a espionagem, pelo

FBI e a CIA, de dissidentes, sob a alegação de estarem lutando contra o terrorismo. O argumento em defesa da “elegibilidade” está sendo utilizado para ocultar estes fatos. E parece que tem funcionado. Pesquisas realizadas na boca de urna da primária democrata de Iowa demonstraram que dois terços dos eleitores se opunham à guerra no Iraque; no entanto, dois terços diziam que votariam em Kerry ou no senador John Edwards, dois candidatos que votaram pela guerra.

Isto se reflete, em escala maior, no que aconteceu em amplos setores da esquerda e dos movimentos anti-guerra. Dirigentes anti-guerra fizeram apelos para que se vote nos democratas, mesmo que eles sejam pró-guerra, alegando que tirar Bush de seu gabinete, em 2004, é um pré-requisito para salvar o planeta de uma catástrofe. Provavelmente o pior exemplo seja o autor e cineasta Michael Moore, que apoiou o candidato do Partido Verde, Ralph Nader, em 2000. Ele endossou a candidatura do general Wesley Clark!

Quando Nader anunciou, em fevereiro, que iria concorrer à presidência em 2004, como independente, um grande número de liberais o atacou. No momento parece difícil que ele tenha o mesmo nível de apoio que teve em 2000 (3% dos votos). Seu perfil político, hoje, parece um pouco confuso. Em algumas declarações, no início de sua campanha, ele falou sobre direcionar seu apelo aos “re-

publicanos descontentes” e independentes, em vez da esquerda. E pareceu hesitar em colocar no centro de sua campanha temas cruciais para a esquerda, como o fim da ocupação do Iraque ou o apoio ao casamento entre homossexuais.

Bush pode ser vulnerável hoje, mas isto não significa que ele vá perder em novembro. Ele não começou a gastar seus 200 milhões de dólares conseguidos com a guerra e engordados com as contribuições das grandes corporações. E se Kerry levar a lógica da elegibilidade até sua conclusão, ele pode descobrir que, diante da possibilidade de escolha entre um Bush e um Bush-light, os eleitores podem decidir que o melhor é escolher o “demônio já conhecido”.

É exatamente aí que a candidatura de Nader poderia crescer. Apesar de sua hesitação inicial em tocar em temas fundamentais, ele está claramente à esquerda dos democratas e republicanos em todos eles. Ele defende o fim da ocupação do Iraque; Kerry quer que mais tropas sejam enviadas. Nader quer o impeachment de Bush por ter mentido ao país sobre a guerra; Kerry nunca sugeriria isto. Nader apóia o casamento gay; Kerry é contra.

Se Nader colocar claramente sua campanha como forma de chamar atenção para estes temas, poderia se configurar como uma alternativa para o povo que está farto dos dois partidos neoliberais dominados pelas corporações. ■

! SAIBA MAIS

COMO FUNCIONAM AS PRIMÁRIAS DEMOCRATAS

Os democratas escolhem - de 19 de janeiro até 8 de julho - seu candidato para as eleições presidenciais de 2 de novembro. A escolha se dá nos estados e cada unidade da federação tem um estilo próprio. A forma pode ser por votação secreta (Prévias) ou aberta (Caucus). O resultado das votações indicará quantos delegados o candidato terá na conferência nacional do partido. Ganha o candidato que conseguir eleger mais de 2.162 delegados.

AS CONTRADIÇÕES DO CANDIDATO DEMOCRATA

GUERRA NO IRAQUE

Em 2003, votou a favor da invasão ao Iraque. Agora, diz que é contra e foi enganado.

CASAMENTO HOMOSSEXUAL

Em fevereiro, criticou a decisão da Suprema Corte de Massachusetts legalizando o casamento homossexual. Dias depois, negou.

MURO DA VERGONHA

Em 2003, chamou o muro que Israel vem construindo na Palestina de uma “barreira para a paz”. Em 2004, disse que era “legítima defesa”.

FONTE: FOLHA DE S. PAULO



ARTE GUSTAVO SIXEL

Editora José Luiz e Rosa Sundermann publica livros de Trotsky e Moreno

GUSTAVO SIXEL,
da redação

Em um período curto, quatro países da América Latina foram sacudidos por processos revolucionários e, em nosso país, o governo de Frente Popular de Lula e do PT aplica os planos do FMI com mais intensidade do que governos burgueses anteriores. Uma conjuntura instigante, que traz consigo dúvidas, reflexões e, acima de tudo, aumenta a temperatura dos debates entre os no-

vos militantes revolucionários. É, principalmente, para a formação política destes que a Editora José Luiz e Rosa Sundermann publica no mês de abril dois livros fundamentais.

O primeiro é *Revoluções do Século XX*, de Nahuel Moreno, fundador da **Liga Internacional dos Trabalhadores**. Segundo o prefácio de Ruy Braga, Moreno preocupa-se em apresentar os processos revolucionários do século passado com a maior clareza possível. Trotsky, assassinado pelo stalinismo em 1940, não pôde acompanhar as revoluções do pós-guerra, e Moreno, que participou pela primeira vez de um Congresso da Quarta Internacional oito anos depois, em 1948, analisa estes processos neste livro. O dirigente argentino não cedeu ao perigo do dogmatismo em relação ao legado de Trotsky: "O marxismo pretende ser científico e a ciência nos ensina que não existem verdades

absolutas. Isso é o fundamental: ser trotskista hoje significa ser crítico, inclusive do próprio trotskismo".

O texto de Moreno vem acompanhado de ensaio de Valério Arcary, dirigente do PSTU, que apresenta conceitos para analisar os momentos da luta de classes. Arcary explica termos como época, situação, etapa, fase ou conjuntura – fundamentais para situar processos como o da Bolívia, por exemplo – e alerta para o uso descuidado destas categorias e suas consequências.

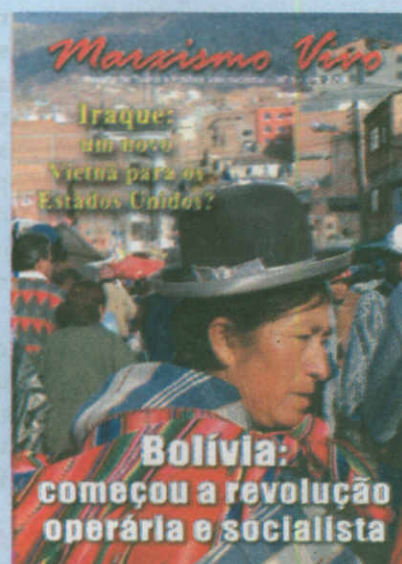
O outro livro publicado, o "Programa de Transição" foi escrito há quase 70 anos, em 1938, para o Congresso de Fundação da IV Internacional. Além de combater a visão stalinista do socialismo em um só país, o texto apresentava um método que contrapunha-se à defesa de reformas parciais da social-democracia.

Trotsky desenvolve uma plataforma de transição entre as lutas mínimas e democráticas e a questão do poder. Constrói uma ferramenta aos revolucionários, um sistema de reivindicações transitórias, para a mobilização sistemática em direção à Revolução Socialista. Mais atual do que nunca, o "Programa de Transição" é uma ferramenta poderosa, um método para a construção de uma direção revolucionária à altura das condições objetivas existentes para a Revolução. ■

AS REVOLUÇÕES DO SÉCULO XX
Nahuel Moreno
114 páginas
R\$ 10

PROGRAMA DE TRANSIÇÃO
Leon Trotsky
92 páginas
R\$ 7

PEÇA JÁ A SUA REVISTA MARXISMO VIVO



A oitava edição da revista *Marxismo Vivo* é quase que totalmente dedicada à revolução boliviana de outubro de 2003. Além disso, a revista também traz um artigo sobre a resistência iraquiana e a segunda parte da análise de James Petras sobre o governo Lula.

MARXISMO VIVO 8
Diversos autores
98 páginas - R\$ 15
encomendas: pstu@pstu.org.br

AQUI VOCÊ ENCONTRA O PSTU

ALAGOAS

■ **MACEIÓ**
R. Pedro Paulino, 258
Poço (82) 336.7798
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

■ **MACAPÁ**
Av. José Antônio Siqueira, 941,
Laguinho (96) 9965-0612
macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

■ **MANAUS**
R. Luiz Antony, 823 - Centro
(92)234.7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

■ **SALVADOR**
R. Fonte do Gravata, 36
Nazaré (71)321.3632
salvador@pstu.org.br
■ **ALAGOINHAS**
R. 13 de Maio, 42 - Centro
alagoinhas@pstu.org.br
■ **ILHÉUS**
R. Conselheiro Dantas, 20 - Centro
■ **VITÓRIA DA CONQUISTA**
R. C - Quadra C, 27
Morada do Bem Querer - Candeias

CEARÁ

■ **FORTALEZA**
fortaleza@pstu.org.br
CENTRO
Av. Carapinima, 1700 - Benfica
BARRA
Rua Tulipa, 250 - Jardim Iracema
GRANJA PORTUGAL
Rua Taquari, 2256
MARACANAÚ
Rua 1, 229 - Cj. Jereissati 1
■ **JUAZEIRO DO NORTE**
R. Santa Cecília, 480A,
bairro Salesiano

DISTRITO FEDERAL

■ **BRASÍLIA**
Setor Comercial Sul - Quadra 2 -
Ed. Jockey Club - Sala 102
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

■ **VITÓRIA**
Av. Princesa Isabel, 15
Ed. Martin de Freitas, 1304 -
Centro

GOIÁS

■ **GOIÂNIA**
R. 242, Nº 638, Qda. 40, LT 11,
Setor Leste Universitário -
(62)261-8240 goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

■ **SÃO LUÍS**
Rua dos Afogados, 169 sl 8 Centro
(Ao lado da Fonte do Ribeirão)
(98)258-0550
saoluiz@pstu.org.br

MATO GROSSO

■ **CUIABÁ**
Av. Couto Magalhães, 165
Jardim Leblon
(65)9956.2942 9605.7340

MATO GROSSO DO SUL

■ **CAMPO GRANDE**
Av. América, 921 Vila Planalto
(67) 3840144
campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

■ **BELO HORIZONTE**
bh@pstu.org.br
CENTRO
Rua da Bahia, 504 - sala 603 -
Centro (31)3201.0736
CENTRO - FLORESTA
Av. Paraná 191, 2º andar - Centro
BARRERÃO
Av. Olinto Meireles, 2196 sala 5
Praça da Via do Minério
■ **CONTAGEM**
Rua França, 532/202 - Eldorado
■ **JUIZ DE FORA**
juizdefora@pstu.org.br
■ **UBERABA**
R. Tristão de Castro, 127 -
(34)3312.5629
uberaba@pstu.org.br
■ **UBERLÂNDIA**
R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

■ **BELEM**
belem@pstu.org.br
SÃO BRÁS
Av. Gentil Bittencourt, 2089 -
(91)259.1485
ICOARACI
R. Padre Júlio Maria, 403 - Casa 1
(Entre Cristovão Colombo e
Pimenta Bueno)
(91)227.8869 / 247.7058
■ **CAMETÁ**
Tv. Maxparijós, 1195 - Bairro Novo
■ **SÃO FRANCISCO DO PARÁ**
Rodovia PA-320, s/nº
(ao lado da Câmara Municipal)
(91) 96172944

PARAÍBA

■ **JOÃO PESSOA**
R. Almeida Barreto, 391 -1º
andar - Centro (83)241-2368 -
joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

■ **CURITIBA**
R. Alfredo Buffren, 29/4,
Centro

PERNAMBUCO

■ **RECIFE**
R. Leão Coroado, 20/1º andar,
Boa Vista (81)3222.2549
recife@pstu.org.br
■ **CABO DE SANTO AGOSTINHO**
Rua José Apolônio
nº 34 A - Cohab

PIAUI

■ **TERESINA**
R. Quintino Bocaiuva, 778

RIO DE JANEIRO

■ **RIO DE JANEIRO**
rio@pstu.org.br
PRAÇA DA BANDEIRA
Tv. Dr. Araújo, 45 -
(21)2293.9689
CAMPO GRANDE
Estrada de Monteiro, 538/casa 2
JACAREPAGUÁ
Praça da Taquara, 34 sala 308
■ **DUQUE DE CAXIAS**
R. das Pedras, 66/01, Centro
■ **NITERÓI**
R. Visconde de Itaboraí, 330 -
Centro (21) 2717.2984
niteroi@pstu.org.br
■ **NOVA FRIBURGO**
Rua Souza Cardoso, 147 - Vila
Amélia - friburgo@pstu.org.br
■ **RIO DAS OSTRAS**
Al. Casimiro de Abreu, 300/114
■ **NOVA IGUAÇU**
R. Cel. Carlos de Matos, 45 Centro
■ **VALENÇA**
valenca@pstu.org.br
www.pstubauro.lg.com.br
■ **VOLTA REDONDA**
Rua 2, 373/101 - Conforto

RIO GRANDE DO NORTE

■ **NATAL**
CIDADE ALTA
R. Dr. Heitor Carrilho, 70
(84) 201.1558
ZONA NORTE
Av. Maranguape, 2339
Conj. Panatis II

RIO GRANDE DO SUL

■ **PORTO ALEGRE**
R. General Portinho, 243

(51) 3286.3607 -
portoalegre@pstu.org.br

■ **BAGÉ**
Rua do Acampamento, 353 -
Centro - (53) 242.3900
■ **CAXIAS DO SUL**
Rua do Guia Lopes, 383, sl 01
(54) 9999.0002
■ **GRAVATAÍ**
Rua Dr. Luiz Bastos do Prado,
1610/305 Centro (51) 484.5336
■ **PASSO FUNDO**
XV Novembro, 1175 - Centro -
(54) 9982-0004
■ **PELOTAS**
Rua Santa Cruz, 1441 - Centro -
(Próximo a Univ. Católica)
(53)9126.7673 pelotas@pstu.org.br
■ **RIO GRANDE**
(53) 9977.0097
■ **SANTA MARIA**
(55) 9989.0220 -
santamaria@pstu.org.br
■ **SÃO LEOPOLDO**
Rua João Neves da Fontoura, 864
Centro 591.0415

SANTA CATARINA

■ **FLORIANÓPOLIS**
Rua Nestor Passos, 104 Centro
(48)225.6831 floripa@pstu.org.br

SÃO PAULO

■ **SÃO PAULO**
saopaulo@pstu.org.br
CENTRO
R. Florêncio de Abreu, 248 -
São Bento (11)3313.5604
ZONA NORTE
Rua Rodolfo Bardela, 183
(tv. da R. Parapuã, 1800)
Vila Brasilândia
ZONA SUL
CAMPO LIMPO
R. Dr. Abelardo C. Lobo, 301 -
piso superior
■ **BAURUR**
R. Cel. José Figueiredo, 125 -
Centro - (14)227.0215-
bauru@pstu.org.br
www.pstubauro.lg.com.br
■ **CAMPINAS**
R. Marechal Deodoro, 786
(19)3235.2867-
campinas@pstu.org.br
■ **CAMPOS DO JORDÃO**
Av. Frei Orestes Girard, 371
sala 6 - Bairro Abernética
(12)3664.2998
■ **FRANCO DA ROCHA**
R. Washington Luiz, 43 Centro
■ **GUARULHOS**
R. Miguel Romano, 17 - Centro
(11) 6441.0253
■ **JACARÉ**

R. Luiz Simón, 386 - Centro
(12) 3953.6122

■ **LORENA**
Pça Mal Mallet, 23/1 - Centro
■ **OSASCO**
R. São João Batista, 125
■ **RIBEIRÃO PRETO**
R. Saldanha Marinho, 87
Centro - (16) 637.7242
ribeiraopreto@pstu.org.br
■ **SANTO ANDRÉ**
Rua Oliveira Lima, 279
sala 5 - 2º andar
■ **SÃO BERNARDO DO CAMPO**
R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro
(11) 4339.7186
saobernardo@pstu.org.br
■ **SÃO CAETANO DO SUL**
R. Eng. Rebouças, 707 (esq. com
Amazonas) Oswaldo Cruz
(11) 4238.7883
■ **SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**
sjc@pstu.org.br
VILA MARIA
R. Mário Galvão, 189 (12)3941.2845
ZONA SUL
Rua Brumado, 169 Vale do Sol
■ **SOROCABA**
Rua Prof. Maria de Almeida, 498 -
Vila Carvalho (15)211.1767
sorocaba@pstu.org.br
■ **SUMARÉ**
Av. Principal, 571 - Jd. Picemo I
■ **SUZANO**
suzano@pstu.org.br
■ **TAUBATÉ**
Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/
sala 113 - Centro

SERGIPE

■ **ARACAJU**
Pça. Promotor Marques Guima-
rães, 66 A, cjto. Augusto Franco -
Fonolândia aracaju@pstu.org.br

A sede mudou!

■ **SEDE NACIONAL**
R. Humaitá, 476
Bela Vista - São Paulo (SP)
(11) 3105.6316

NA INTERNET

www.pstu.org.br
www.litci.org
pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org

Opinião

socialista

Suplemento Especial

ENCONTRO SINDICAL NACIONAL



CONTRA A REFORMA SINDICAL E TRABALHISTA

ENCONTRO REÚNE 1.800 EM LUZIÂNIA

FOTO MATHEUS BIRKUIT

JEFERSON CHOMA,
de Luziânia (GO)

A adesão ao Encontro surpreendeu as expectativas de todos, incluindo os próprios organizadores, que esperavam reunir entre 700 e 1.000 sindicalistas. O auditório e, sobretudo, as instalações da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) ficaram pequenos para abrigar as 1.800 pessoas.

As caravanas não paravam de chegar de todo o país. Muitos viajaram dias para chegar ao Encontro como relata o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém (PA), Atenágoras: "Trouxemos os companheiros de Macapá, que viajaram 24 horas de navio para chegar até Belém e, conosco, viajaram de ônibus por mais 36 horas até chegar aqui".

Toda essa disposição se justificava pela enorme expectativa dos participantes em organizar a luta contra o projeto de reforma do governo, aprovado no Fórum Nacional do Trabalho (FNT) e apoiado pelas centrais sindicais, inclusive pela CUT.

A alegria por ver no Encontro um canal para desbloquear as lutas contra o governo e de ver que



este desbordou, fez com que o incômodo da infra-estrutura e as longas e demoradas filas para almoçar e jantar fossem vistas com compreensão e camaradagem.

"Não podemos deixar que os direitos duramente conquistados pelos trabalhadores sejam retirados. A reforma sindical é um golpe, que prepara o terreno para a reforma trabalhista", disse o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos

Campos, Luiz Carlos Prates, o Mancha.

O Encontro debateu a conjuntura nacional no sábado e dedicou o domingo para a discussão das reformas e a definição dos encaminhamentos, definindo um calendário de mobilização que inclui os atos do 1º de Maio. Uma Coordenação Nacional de Lutas encaminhará o Plano de ação tirado no Encontro.

RAIO X

1.764
inscritos

24
estados

269

Sindicatos e Federações, assim divididos:

METALÚRGICOS **18**

PROFESSORES (municipais, estaduais e universitários). **28**

MOVIMENTO POPULAR (sem-teto, campo, desempregados, aposentados) **8**

FUNCIONALISMO (federal, municipal e estadual) **101**

OUTRAS CATEGORIAS **114**

10 Oposições Sindicais

"O governo quer destruir os sindicatos. Lula defendia a liberdade e autonomia sindical, mas esqueceu o que pregou quando era sindicalista"

ALVIMAR PAIVA,
Federação dos Bancários de MG,
GO, TO e DF

"Esse encontro foi uma grande vitória na campanha contra as reformas. Em Minas esse movimento está nas ruas e, agora, sairá fortalecido"

ORALDO PAIVA,
Federação Democrática dos
Metalúrgicos de Minas Gerais

"Em Macapá, a prefeitura do PT tenta instalar a catraca eletrônica. Em meio a esta luta, viemos pra cá, porque não podemos deixar o governo desmontar os sindicatos"

FROTA, presidente do Sindicato dos Rodoviários do Amapá

"O encontro é decisivo para enfrentar a política do governo Lula e a política capitulacionista da CUT. Agora é construir os encontros estaduais"

VERA GUASSO,
da Executiva Nacional da CUT Nacional

"A reforma abre caminho para a decisão em nome dos trabalhadores. É a tentativa de congelar a ocupação dos postos de direção sindical pelos que fazem deles correia de transmissão do governo"

PAULO EDUARDO GOMES,
vereador do PT em Niterói (RJ)

"Cada um de nós vive um momento histórico: o maior encontro de trabalhadores desde os anos 80"

CYRO GARCIA,
diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro

"A luta dos trabalhadores da Flakepet tem tudo a ver com a reforma Sindical. Se for aprovada da forma como o governo quer, a gente não vai poder mais lutar"

EVERALDO DUARTE
Sindicato dos Químicos Unificados da região de Osasco

"Foi empolgante e partiu do que existia em Belém. O Fórum pela Previdência tornou-se um Fórum de Lutas, reunindo 14 sindicatos toda semana"

ATENÁGORAS,
presidente Sind. de Trab. da Construção Civil de Belém (PA)

"As reformas prejudicam nossa organização e acabam com direitos. Nossa categoria vai perceber a necessidade de se unir ao conjunto dos trabalhadores"

Sargento ALMIR SOARES,
Associação dos Praças de Santa Catarina

"O Encontro é um marco na trajetória recente do sindicalismo porque recolocou a necessidade da prática combativa e classista do surgimento da CUT"

ANTÔNIO BOSI,
professor da UNIOESTE (PR)

O Encontro passo a passo

SÁBADO, 13/3

Debate sobre dívida, reformas e Alca inaugura trabalhos

Na manhã do sábado, dia 13, a mesa "Reformas neoliberais, dívida e Alca", teve como integrantes a presidente do Unafisco, Maria Luiza Fattorelli e o ex-diretor do Andes-SN, José Domingues Godoy.

Maria Lúcia Fattorelli demonstrou que a luta contra a reforma trabalhista se insere numa luta maior contra o projeto imperialista que vem sendo imposto no país. A palestra pode ser integralmente acessada no site unafisco.org.br.

Domingues explicou que "todas as diretrizes e programas adotados pelo governo fazem parte do Consenso de Washington". Ele denunciou ainda o Projeto de Parceria Público Privada: "esse projeto é a privatização sem licitação", afirmou.

POLÊMICA SOBRE GOVERNO E CUT

Na tarde do dia 13, ocorreu o debate sobre conjuntura nacional. A mesa que abriu as discussões reunia a editora do *Opinião Socialista* e dirigente do PSTU, Mariúcha Fontana; o diretor da FENAJUFE Caio Rubens Teixeira; os membros da executiva nacional da CUT, Julio Turra e Agnaldo Fernandes, e Dirceu Travesso, da executiva da CUT/SP.

O debate foi polêmico. Para Mariúcha, "o governo Lula é inimigo da classe trabalhadora e não está em disputa". Já Julio Turra discorda dessa definição. Para ele, "o principal inimigo dos trabalhadores é o capitalismo", omitindo quem gerencia o capitalismo no Brasil.

Outro tema polêmico foi o papel da CUT. Julio Turra afirmou que é necessário levar o debate sobre a reforma Sindical para as instâncias da central.

Dirceu Travesso concordou com a necessidade de organizar a mobilização contra a reforma Sindical na base dos sindicatos cutistas, mas declarou que "é preciso dizer que lá em cima tem gente tramando contra nós como a CUT, a Força Sindical e a CGT e por isso, em que pese as nossas diferenças, é fundamental organizar a luta por fora da Central".

DOMINGO, 14/3

Mesa sobre reforma e encaminhamentos

A discussão sobre as reformas Sindical e Trabalhista aconteceu no domingo. Além de José Milton, da Condsef, na mesa estavam Jorginho, do *Fortalecer a CUT* e Zé Maria, do PSTU, ambos da Executiva da CUT.

Jorginho lembrou que a atual proposta do governo é o aprofundamento das medidas de precarização do trabalho implementadas por FHC, como o banco de horas e terceirização. Um dos aspectos ressaltado por Jorginho é o suposto fim do imposto sindical contido na proposta do governo. De acordo com ele, "o governo, as Centrais e os empresários querem trocar o imposto sindical por contribuições mensais ao sindicato, e a gente sabe como são as assembleias de sindicatos pelegos. Isso vai encher as burras dos pelegos".

José Milton disse que a luta dos servidores não se encerrou com a reforma da Previdência e as plenárias marcadas para abril poderão deflagrar uma greve. Segundo José Milton, "é preciso que essa luta seja de todos os trabalhadores, seja do setor público ou privado".

Argumentando que a reforma Sindical visa desmantelar os sindicatos de base como instrumento de luta, Zé Maria denunciou os absurdos na proposta de reforma: "o sindicato será obrigado a negociar os direitos dos trabalhadores, se não fizer isso corre risco de ser trocado por outro".

Além de aprofundar o debate sobre o conteúdo da proposta do governo, o objetivo da discussão era também organizar um plano de lutas e mobilização contra para derrotar a reforma.

A enorme maioria dos presentes defendia a necessidade de votar no Encontro uma Coordenação de lutas. Os integrantes do *Fortalecer a CUT* não concordavam com isso.

Ao final foi definido um calendário de lutas. E uma Coordenação com as entidades que já definiram por participar, aberta, deverá se reunir para encaminhar a campanha contra a reforma e o processo de mobilização.

ENTREVISTA / JOSÉ MARIA DE ALMEIDA

"O Encontro possibilitou a reunião de todos os que querem lutar"

Opinião Socialista - A adesão ao Encontro surpreendeu as expectativas mais otimistas. A que se deve isso e qual o significado deste Encontro na tua opinião?

Zé Maria - Não só o número de presentes, mas a alegria dos presentes são expressões da importância que o Encontro pode ter como passo concreto na ruptura do bloqueio às lutas dos trabalhadores que vem sendo exercido pelas centrais, inclusive a CUT. Não se trata apenas da revolta contra a reforma Sindical e Trabalhista, ele expressou também uma explosão do descontentamento represado com o governo da direção da CUT.

O Encontro possibilitou a reunião de todos que querem lutar. Por isso a alegria de cada ativista ao ver que existe milhares como ele e que é possível romper o isolamento e unir forças para lutar. A aprovação de um plano de ação unitário e a constituição de uma Coordenação Nacional de Lutas, cria as condições para que se desencadeie um processo de lutas, que pode se constituir numa alternativa de direção para as lutas dos trabalhadores de todo o país. Papel que caberia à CUT, mas que foi abandonado, dado sua cumplicidade com a política do governo, em particular agora com a Reforma Sindical e Trabalhista.

Este encontro, portanto, se aplicar tudo que definiu, pode adquirir uma importância histórica na construção de uma direção alternativa, de luta, classista e

democrática para o movimento dos trabalhadores. Os 1800 que surpreenderam mesmo os mais otimistas são expressão da força que esse processo parece ter pela base.

Quais serão os principais passos pós Encontro?

A primeira tarefa fundamental é reproduzir em cada estado Encontros como esse que realizamos em Luíania, reunindo todos os ativistas, dirigentes e entidades que estejam dispostos a encaminhar esse processo de lutas. Esses Encontros devem discutir as reformas, concretizar a implementação do Plano de Ação em cada estado e também devem constituir uma coordenação Estadual de lutas para construir a mobilização. Dois desafios fundamentais em termos de mobilização devem ser encarados nos Encontros estaduais: - construir no 1º de maio manifestações contra a Reforma Sindical e Trabalhista, agregando as demais bandeiras dos trabalhadores, como emprego, salário, reforma agrária e a luta contra a Alca, o FMI e a Dívida Externa; e a construção da grande manifestação em Brasília convocada pelo Encontro Nacional. Além disso, é necessário organizar debates, seminários e plenárias nos Sindicatos e regiões, para conscientizar os trabalhadores das consequências nefastas da reforma proposta pelo FNT.

Como fica a questão da Coordenação Nacional de Lutas?

A Coordenação Nacional de Lutas foi constituída no Encontro Nacional contando

com a participação de todas as entidades que já têm uma posição definida a esse respeito. É uma Coordenação aberta, o que permitirá, portanto, que as entidades e setores que ainda não estão de acordo com sua constituição - como se expressou no próprio Encontro - possam aderir a ela futuramente.

No entanto, a Coordenação tem um papel decisivo desde agora, que é o de organizar a luta, como foi dito por Dirceu Travesso no debate de conjuntura. A Coordenação deve garantir a implementação desse calendário de mobilização e fortalecer a organização dos trabalhadores em cada estado.



FOTO MANOEL PEREIRA

DENÚNCIA

MTL boicota ônibus do Sindsprev-RJ ao Encontro

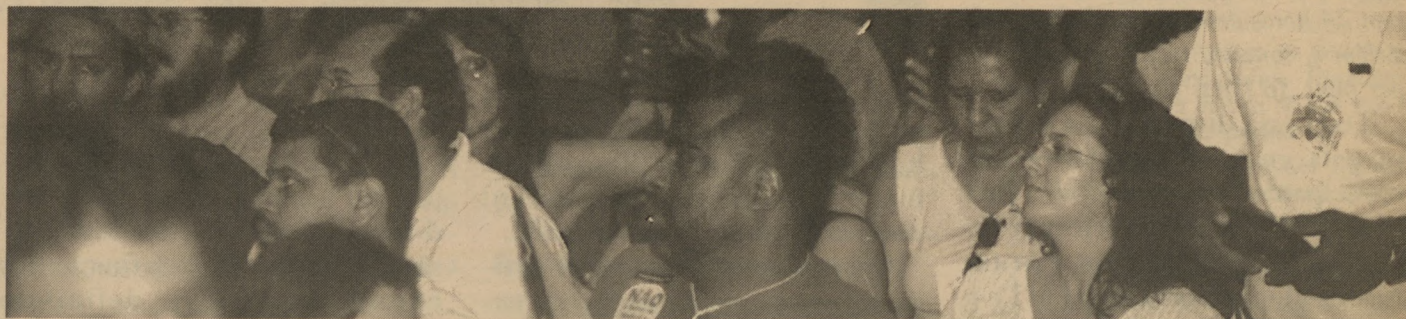
O MTL (Movimento Terra e Liberdade), corrente majoritária na diretoria do SINDSPREV-RJ, não cumpriu deliberação da Assembleia Geral da categoria, realizada no dia 10 de março, de enviar três ônibus do sindicato ao Encontro Sindical Nacional.

Janira Rocha, diretora de finanças do Sindicato e militante do MTL, se negou a assinar o cheque que garantia o aluguel dos ônibus e sem consultar a diretoria cortou um dos ônibus decididos na assembleia.

A realização desse Encontro foi um importante marco de resistência contra a reforma Sindical do governo Lula, que quer justamente concentrar poder nas mãos das cúpulas sindicais, desrespeitando os sindicatos e os fóruns de base da classe trabalhadora. A companheira Janira e o MTL deram um péssimo exemplo de como devemos atuar nos sindicatos, na condução das lutas contra as reformas do governo. Não será atuando assim que vamos garantir a democracia e a unidade do movimento para derrotar o governo.

Dos 35 ativistas que foram impedidos de viajar na sexta-feira para o Encontro, pelo burocratismo do MTL, 18 conseguiram chegar em Luíania no domingo, com o transporte pago por delegações de base do Sindicato e com o dinheiro pessoal de vários companheiros. VERGONHA !!!

(ANDRÉ FREIRE, do Rio de Janeiro)



Uma polêmica com o Fortalecer a CUT

EDUARDO ALMEIDA NETO, de Luíania (GO)

O coletivo *Fortalecer a CUT* apresentou um documento durante o Encontro, em que se posicionava contra a reforma mas se contrapunha à formação de qualquer Coordenação, ou Fórum para articular esta luta. Na defesa de tal posição diziam "É com esta condição que participaremos do Encontro Sindical de 13 e 14 de março em Brasília, convocado por entidades sindicais, em sua maioria filiadas à CUT. Vamos para contribuir no debate sobre o conteúdo da 'Reforma Sindical' patrocinada pelo FNT e consideramos que propostas que possam surgir, devem ser submetidas à posterior apreciação das instâncias deliberativas das entidades filiadas e da CUT." (grifo nosso).

Enfim, para os companheiros, as resoluções do Encontro deveriam ser submetidas às instâncias deliberativas da CUT.

Isto é um grave equívoco e esperamos que os companheiros revejam sua posição. A CUT está

hoje não só burocratizada, mas atrelada ao aparelho de Estado. Isso significa uma força material (dinheiro do FAT, cargos no governo etc) que impede a possibilidade de uma vitória por dentro das "instâncias deliberativas da CUT". Hoje, tanto uma reunião da direção nacional da CUT, como uma Plenária ou mesmo o Congresso, caso fossem convocados, se pronunciariam a favor das reformas Sindical e Trabalhista. Não se trata de uma batalha de argumentos políticos, mas da luta contra o aparelho do Estado.

Essa posição dos companheiros significa reduzir a luta contra a reforma ao interior do aparelho da CUT, sem transformá-la em ações de massas.

Na sua defesa do indefensável, os companheiros confundiam a submissão às "instâncias deliberativas" da CUT (como expresso em sua nota) com a "batalha pela base da CUT". Nós estamos plenamente a favor de dar uma batalha contra a reforma em todas as instâncias da CUT e, em especial, nos sindicatos. O problema é como dar esta batalha. Se a restringimos ao aparelho da CUT ou se a levamos às lutas.

Por exemplo, a proposta de uma Coordenação, defendida pela ampla maioria do Encontro (80 a 90% dos presentes) possibilita encaminhar unitariamente a preparação de atos de 1º de maio com os setores que estavam no Encontro. Isso favorece a disputa nos sindicatos e pela base da CUT. No mesmo sentido vai a proposta de um grande protesto em junho em Brasília contra a reforma sindical e trabalhista.

Iniciativas como essas favorecem a disputa pela base da CUT, em cada um de seus sindicatos, além de unificarmos a ação com setores que já romperam com a CUT ou nunca se filiaram a ela. Ou seja, não estamos propondo apenas que se faça uma discussão no interior da CUT, mas que possamos ir diretamente às massas e realizarmos ações, que seriam impossíveis de ser deliberadas, caso nos submetêssemos às "instâncias deliberativas da CUT".

Dessa maneira podemos lutar, em condições muito superiores, pela base da CUT.



Esquerda Socialista e Democrática sela divisão

Os parlamentares Babá e Luciana Genro falaram no Encontro e priorizaram a defesa do seu Movimento por Novo Partido. Chocaram-se com o sentimento de unidade do Plenário e reafirmaram a exclusão aos que têm uma concepção revolucionária para um novo Partido.

Em seguida, Martiniano Cavalcanti, do MTL e da Esquerda Socialista e Democrática, convocou os presentes para uma plenária deste Movimento, reafirmando - de forma provocativa - a exclusão dos que não concordam ou querem discutir as decisões tomadas numa reunião com 30 pessoas.

O resultado foi que os companheiros, que haviam realizado uma primeira plenária com menos de 100 pessoas, depois destas intervenções, realizaram duas outras plenárias ainda menores, com menos de 50 pessoas.

Plenária do Movimento por Novo Partido Socialista reúne 500

O Movimento por um Novo Partido Socialista, para não atrapalhar o andamento do Encontro, transferiu sua plenária para as 8 horas da manhã do domingo. Mesmo com a ausência de delegações que só chegariam às 9h, 500 pessoas participaram da reunião.

Zé Maria de Almeida, presidente do PSTU, e Daniel Souza, do *Reage PT* falaram à plenária. Zé Maria disse que era preciso buscar uma razão política para que o Movimento da Esquerda Socialista e Democrática vestisse o PSTU e outros agrupamentos revolucionários, pois tal atitude não reflete apenas sectarismo. Para ele, o fato de que eles acolham uma vertente reformista como a de Carlos Nelson Coutinho e vetem uma concepção revolucionária, só pode ser explicada por uma opção política de construir um novo PT, um partido eleitoral.

CALENDÁRIO DE LUTAS

MARÇO E ABRIL

Reproduzir, nos estados, encontros sindicais nos mesmos moldes do Encontro Nacional. Realizar, nos sindicatos e regiões, seminários, plenárias e debates sobre a Reforma Sindical e Trabalhista;

MAIO

Realizar manifestações no 1º de maio que, além das bandeiras tradicionais, pautem com bastante destaque o protesto contra a Reforma Sindical e Trabalhista (ou então participar de atos, onde estes já estejam sendo organizados com este caráter). Na segunda quinzena iniciar processo de manifestações nos estados, ampliando a participação dos sindicatos de base;

JUNHO

Grande manifestação em Brasília contra a Reforma Sindical e Trabalhista do FNT, em defesa dos direitos dos trabalhadores;

Assumir, neste calendário, as atividades da campanha contra a ALCA a Dívida Externa e o FMI, e apoiar as campanhas salariais e as lutas em curso das diversas categorias e movimentos sociais.

PSTU NO ENCONTRO

Palestra 'Reforma ou Revolução' foi lotada

A palestra "Reforma ou Revolução", realizada pelo PSTU e ministrada por Valério Arcary no Encontro Sindical, reuniu quase 500 pessoas, apesar de ocorrer às 22h do sábado, quando muitos ônibus, com delegações inteiras como a de São Paulo e outras, tiveram de se deslocar para alojamentos fora da CNTI.

Valério expôs a contradição entre o programa de reformas com o qual Lula foi eleito e a sua viabilidade. Para ele, "a grande diferença entre os reformistas do final do século XIX e os atuais é que, naquela época, o capitalismo passava por um período de crescimento e podia fazer concessões perenes à classe trabalhadora. Hoje, o neoliberalismo representa um período de crise no sistema, em que tais concessões não são mais possíveis". Ele argumentou que, apesar de toda a luta dos trabalhadores por reformas nos últimos anos, o nível de vida da população só piorou.

Em contraposição ao reformismo, Arcary afirmou que o papel dos revolucionários é transformar as lutas cotidianas por reformas em estratégia revolucionária. "Nós não estamos nos preparando para dez anos de campanhas salariais. O nosso projeto é derrotar o capital, fazer a revolução". Também foi discutido que, para abrir caminho para a crise revolucionária, é preciso superar obstáculos, entre eles as direções traídas. Valério falou também sobre a paciência das massas, ponderando que "está ocorrendo uma revolução mental na classe trabalhadora". Para gerar novas direções que potencializem esse descontentamento crescente, ele afirmou que "esse Encontro Sindical pode ser um momento histórico". Arcary finalizou convidando os ativistas que se identificam com esse programa revolucionário a se organizarem nas fileiras do PSTU. (DIEGO CRUZ E YARA FERNANDES)

Mais de 300 exemplares do Opinião vendidos

O PSTU teve presença destacada no Encontro. Além do papel da militância sindical do partido, as três bancas do PSTU no evento, bem como todo o trabalho de divulgação do *Opinião Socialista* tiveram grande sucesso.

Fora a venda do jornal e de outros materiais durante a viagem, 150 jornais foram vendidos nas bancas do partido. Ao todo, foram vendidos cerca de 300 exemplares. Dezenas de companheiros tornaram-se militantes e cerca de setenta filiaram-se ao PSTU.



FOTO MATHEUS BIRKUIT

Congresso do ANDES-SN aponta greve contra reforma universitária

REUNIDOS EM CONGRESSO NA CAPITAL BAIANA, DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DE TODO O PAÍS ACENAM COM PARALISAÇÃO PARA CONTER MUDANÇAS QUE O GOVERNO PRETENDE IMPLANTAR

CARLA LISBOA,
de Salvador (BA)

Os professores das universidades federais poderão entrar em greve em abril. Este e outros temas polêmicos foram discutidos no 23º Congresso Nacional do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), entre os dias 4 e 9 de março.

A reforma Universitária foi o tema principal do encontro. Os sindicalistas ressaltaram a necessidade de barrar as mudanças que o governo pretende implantar no setor, as quais avaliam como um aprofundamento da privatização e da mercantilização do ensino público superior. Eles pretendem começar, já a partir do próximo mês, uma greve também visando ao embate com as reformas Sindical e Trabalhista. Os docentes acham as três reformas lesivas aos trabalhadores.



BOSI (ao centro), candidato pela Chapa 3 e militante do PSTU, coordena plenária

ENTIDADE COLOCA EM DEBATE DESFILIAÇÃO DA CUT

Além das entidades representativas dos trabalhadores e dos estudantes, os 377 delegados, 54 observadores e os dois convidados reforçaram o entendimento de que a educação de qualidade, pública, gratuita, laica e socialmente referenciada é uma questão de soberania nacional. O congresso, que teve como tema principal o "Superávit Fiscal e Déficit Social: Reforma da Educação, Privatização e Arrocho Salarial", debateu a elaboração de propostas alternativas às do governo para

o setor e definiu as estratégias de luta que nortearão o Sindicato em 2004.

Além da discussão sobre as cotas para negros nas universidades, os sindicalistas do ANDES-SN também vêm discutindo a possibilidade de desfiliação do sindicato da CUT. E não só os docentes. Com a desilusão que tiveram em um ano de governo Lula, os servidores públicos iniciaram uma discussão que pode resultar numa desfiliação em massa da central.

Eles argumentam que a direção atual da CUT não está interessada em representar o movimento sindical e citam como exemplo o posicionamento da direção da central na época da reforma da Previdência.

A resolução aprovada no plenário, por maioria, foi abrir nos próximos meses o debate na categoria sobre qual deve ser a relação do ANDES-SN com a CUT, prevendo a possibilidade de um Congresso Extraordinário para deliberar sobre o tema. ■

Três chapas disputam eleição

DAVID CAVALCANTE,
Delegado ao Congresso pela UFPE

Três chapas se apresentaram para concorrer à eleição da diretoria, prevista para os dias 18 e 19 de maio de 2004. O representante da Chapa 1 (Educação e Revolução), composta por militantes do PCO, estranhamente igualou a Chapa 3 à chapa governista. Desconsiderou todo o histórico de combatividade da gestão atual. A Chapa 2 (Uma Nova Andes é Possível - plural e de luta), composta principalmente por sindicalistas da Articulação Sindical e PCdoB, presidida por Gil Vicente (UFSCAR), que tem um evidente perfil governista, concentrou sua fala em ataques velados ao PSTU e às resoluções do Congresso, principalmente a do não pagamento da dívida externa. Os agrupamentos que formam a Chapa 2 defenderam a tese *Construindo uma Agenda Possível*, cujo centro é a negociação rebaixada com o governo. A Chapa 3 (ANDES Autônoma e Democrática), a qual integram militantes do PSTU, é formada por militantes do sindicalismo de esquerda combativo e classista e ressaltou a necessidade de garantir o perfil da vitoriosa gestão atual: combater as reformas neoliberais de Lula e do FMI, em defesa da Universidade Pública e Gratuita e dos direitos dos trabalhadores. ■

Protesto com tempero baiano

Na tarde do dia 5 de março, uma sexta-feira, cerca de mil pessoas foram às ruas de Salvador em uma marcha contra a reforma Universitária e em defesa de moradia e de universidade pública.

A marcha saiu do Palácio da Reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e seguiu pelo Centro até a Praça da Piedade.

Com bandeiras, faixas, cartazes e gritando palavras de ordem, sob o slogan "nossa luta exige solução, teto, emprego e educação", os manifestantes criticaram a reforma Universitária e a falta de compromisso do governo com os trabalhadores.



CAMPANHA

Liberdade aos presos políticos do governo Lula

AMÉRICO GOMES,
de Manaus (AM)

Júlio César Ferraz, do Movimento dos Sem Teto de Luta, e Ismael de Oliveira, do Movimento dos Sem Terra do Amazonas, estão presos há mais de 120 dias. Com eles estão presas mais quatro lideranças do movimento popular.

Eles são militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Todos eles foram abandonados por seus partidos.

Acusados de formação de quadrilha, dano ao patrimônio público, estelionato e crime ambiental, eles, na verdade, são lideranças de movimentos sociais que ocuparam terras da SUFRAMA: - agência do governo federal encarregada de negócios e investimentos na Amazônia.

Júlio foi ameaçado de morte pelo Secretário de Terras da Amazônia, George Tasso, foi espancado dentro do Presídio de Segurança Máxima Puraquequara e quase perdeu o rim.

O governo Lula tenta justificar outras prisões de lideranças, alegando ser culpa do Judiciário. Esta desculpa não cola. Estes dirigentes ocuparam um terreno do governo federal, foram presos pela Polícia Federal e o processo corre no Tribunal Federal. Foi o governo Lula quem os colocou na cadeia. É fundamental uma campanha nacional e internacional pela libertação destes companheiros que se encontram em péssimas condições carcerárias. ■

ENVIE MENSAGENS PARA:

Ministro da Justiça
Marcio Thomas Bastos
Ministério da Justiça
Fax: (61) 224-4784
e-mail: gabinete.mj@mj.gov.br

Cartas da prisão

"Faço um pedido de um revolucionário que é secretário geral do MSTL, que incluam meu humilde nome na lista de presos políticos".
(30/10/2003)

"Caro Senhor Lula,

Meus companheiros solicitaram que eu escrevesse e pedisse que nos libertasse da prisão e dependendo de sua decisão sobre o assunto, desse a nós o tratamento devido aos presos políticos. Inicialmente queríamos destacar que ao fazer esse apelo, não estamos pedindo clemência, mas exercendo um direito inerente a todas as pessoas encarceradas por suas crenças políticas"

("Carta aberta dos presos políticos do estado do Amazonas", 04/02/2004)

"Eu, como militante do PCdoB, companheiro de muitas lutas, jamais abandonaria nem abandonarei um companheiro em qualquer situação, mas como estava organizado e ajudando várias famílias dentro de uma ocupação de terra federal da Suframa, fui abandonado após a minha prisão pela Polícia Federal. O PCdoB sabendo de minha prisão me abandonou"
(Elenilson do Nascimento, militante do PCdoB em "Carta Aberta aos companheiros do Brasil e do Mundo")